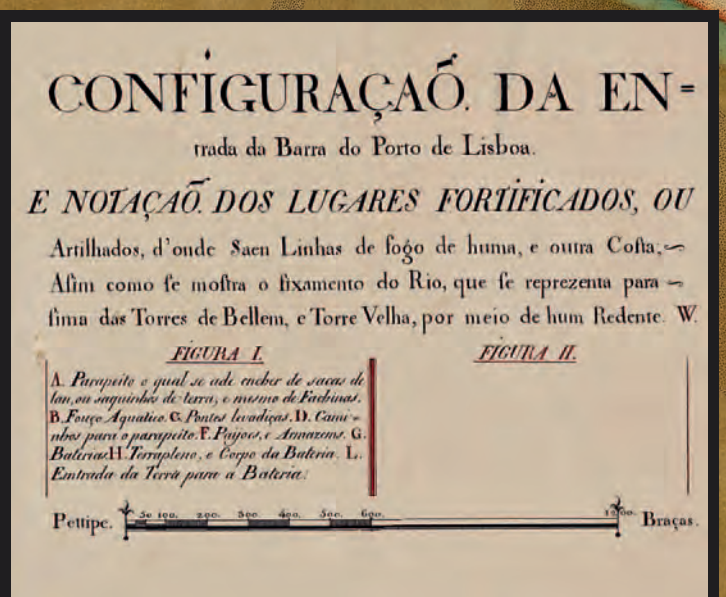
CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

n.º 47 I Janeiro - Fevereiro 2013



Se em todo o Portugal medieval, de economia agrícola, o mar foi a rota comercial dos produtos importados e exportados, nos séculos XV e XVI, o mar fez do nosso país o grande cais da Europa onde afluíam as cobiçadas mercadorias do Oriente, e ainda hoje é manancial dos nossos recursos marítimos.

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Sumário

3 Editorial
4 Analisando um possível ataque preventivo de Israel contra o Irã
7 Polícia Nacional Portuguesa
10 A Defesa do Porto de Lisboa. Ontem e Hoje
18 Dívidas, mercados e confiança
21 As forças armadas e a interoperabilidade
27 Geraldine, a Vivandeira
30 Da Europa e da Paz
32 José Xavier Mouzinho da Silveira. O edificador do Estado Liberal
34 Cidadania e Impostos
36 *In Memoriam*
37 Actualidades & Acontecimentos
42 1 de cada vez – Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho
43 O Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar

Capa: Composição gráfica tendo por base o Documento PT-GEAEM-4680-2-22A-109 à guarda do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

Director **Frutuoso Pires Mateus** Secretário-adjunto **Manuel A. Borges Correia** Editor **Carla Fernandes** Conselho Editorial **Catulina Guerreiro, Luís Maia, Sandra Balão** Colaboração Fotográfica **Fernando Pires** e **Lusa-Agência de Notícias de Portugal** Composição Gráfica e Impressão **Europress, Lda.** Rua João Saraiva, 10-A - 1700-249 Lisboa Tel: 218 444 340 - Fax: 218 492 061 E-mail: europress@mail.telepac.pt Tiragem **800 Exemplares** Depósito Legal nº **260726/07**

AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa • Tel: 213 465 888 • Fax: 213 257 886 • E-mail: aacdn.boletim@mail.telepac.pt

www.aacdn.pt

Editorial

O Presidente da Direcção
Frutuoso Pires Mateus
Sócio n.º 186

Queremos Portugal forte e feliz

Portugal, o lugar da Terra onde nos foi dado viver (existindo), esta periferia mais ocidental da Europa, este fim de terra habitada, como os povos da antiguidade pensavam (dizendo-o), continua marginal em relação a lugares de outra Europa mais rica e mais desenvolvida.

Portugal quer ter futuro, quer ter iniciativa, quer caminhar edificando com trabalho sério e futuro, com verdade e equidade nos factores de desenvolvimento.

Mas...

Parece, ao observarmos a realidade do dia a dia, que quem manda em PORTUGAL não são os políticos, aqueles que nós, o Povo, elegemos; mas, olhando para o que assistimos, serão os donos do poder económico associados à alta finança quem mais ordena. Como? Dominando os "lóbis" e a bolsa de valores, dirigindo as multinacionais que, por sua vez, dominam a banca e, ainda, tendo como aliados de última hora algumas instituições internacionais.

Não é assim? É! As Finanças dominam a área Governamental e não colocam os seus Inspectores atrás daqueles que enriquecem corrompendo agentes e instituições; enquanto isso, os actores do sistema vêem os seus actos ilícitos protegidos por uma justiça que faz que anda mas não anda.

E... "cautelosamente"... aqueles que o Povo elegeu mostram-se incapazes de mexer naqueles que fogem aos impostos e incomodar quem tem rendimentos anuais (ou até mensais) para lá dos cem mil euros.

A classe (dita) política está voluntariamente quêda e/ou algemada; deputados há que na Assembleia da República parece defenderem "os seus patrões" e aprovam leis que ou estão incorrectas ou não estão regulamentadas... sem que haja para eles consequências, como o despedimento com "justa causa".

Que sistema Político/Partidário é este ... e, afinal, quem manda em PORTUGAL?

As desigualdades sociais e o predomínio do egoísmo e do egocentrismo aliados à corrupção e ao enriquecimento sem regras para onde levarão os Portugueses?

É imperativo olhar para a economia de um modo que ela exerça o primado do desenvolvimento e onde as finanças sejam uma das suas ferramentas de acção e não o sujeito dominador.

A indústria e a agricultura terão que ser olhadas como agregadoras de acções de desenvolvimento (desde já) por quem manda. Mas... afinal, quem manda em PORTUGAL?

O crescimento e o desenvolvimento económico não podem ser subjugados pelo capital numa óptica egoísta de lucro versus consumo esquecendo a função social do Estado.

Há que pôr fim às ditaduras quer elas sejam político/partidárias quer sejam do capital selvagem ou do capital de estado.

Mas, ao utilizar a palavra fim (como final da linha) haverá que falar do início... e dizer que os nossos jovens sentem dificuldades em entender a "vida" pois, na maioria dos casos, eles têm acesso somente a livros (ditos) didácticos que da realidade pouco contém. Viver a vida, sentindo o pulsar da terra e da gente, dá forma ao corpo e à mente; "produz" Homens e Mulheres capazes de entenderem o mundo e serem úteis ao próximo... às gentes do seu País.

Mas, a palavra fim (como finalidade) poderá levar-nos à cooperação civil/militar e afirmar que a todo o tempo, o momento é de integração, de união entre as forças civis e militares voltadas para o desenvolvimento e o bem-estar dos Portugueses, dando ênfase às actividades socioeconómicas e ao respeito pelos direitos humanos visando a Segurança e a Defesa Nacionais.

Por isso e para isso, na AACDN as nossas missões/tarefa terão (sempre) como objectivo principal a luta por um País que queremos desenvolvido, onde a justiça seja real e igual para todos, um PORTUGAL FORTE E FELIZ.

Porque temos confiança, cultivamos a esperança e acreditamos no futuro e... o FUTURO é, terá de ser (sempre) PORTUGAL.

Figura 1. Benjamin Netanyahu – 27 de setembro de 2012 – ONU

Analisando um possível ataque preventivo de Israel contra o Irã[1]

Com um gráfico em forma de bomba e caneta na mão, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, traçou para o programa nuclear do Irã uma "linha vermelha" que indicaria o ponto exato em que Teerã terá quantidade suficiente de urânio enriquecido para produzir uma bomba atômica. Da tribuna do plenário das Nações Unidas, no dia 27 de setembro do corrente ano, o premier instou a comunidade internacional a agir com rapidez e expressou confiança em que os EUA liderem o cerco ao Irã. Segundo o líder israelense, o patamar indicado pode ser ultrapassado em meados de 2013, abrindo as portas para uma ação militar contra as instalações nucleares iranianas. A república islâmica diz que seu programa nuclear tem fins pacíficos.

Essa advertência do premier Netanyahu mostra a crescente preocupação de Israel com a pretenção da República Islâmica do Irã se tornar possuidora de artefatos nucleares capazes de desferir um eventual ataque contra Israel. Assim, o propósito do presente trabalho é o de analisar possíveis linhas de ação que poderão ser adotadas por Israel para realizar um ataque preventivo[2] às instalações nucleares do Irã.

Deve ser lembrado que Israel já adotou essa iniciativa por algumas vezes. A primeira, como já dito, ocorreu na Guerra dos seis Dias em 1967, um dos mais perfeitos exemplos de suspresa estratégica da História Militar. A segunda em 07 de julho de 1981 quando um ataque aéreo de surpresa destruiu um reator nuclear que se encontrava em construção a cerca de 17 km a sudeste de Bagdad – Iraque (Operação Babilônia). A terceira ocorreu em 06 de setembro de 2007 quando realizou um ataque aéreo, também de surpresa, contra um reator nuclear localizado na região de Deir ez-Zor – Síria (Operação Pomar).

No caso específico do Irã, desde 2007, Israel já estaria promovendo Ações Encobertas[3] cujo principal propósito seria o de retardar o programa nuclear iraniano. Elas vão desde o misterioso assassinato de técnicos e cientistas que seriam ligados ao programa nuclear até ações de sabotagem. Em todas as vezes, Israel negou a autoria dessas ações.

O sistema de Inteligência israelense[4] também realiza um acompanhamento do progresso do programa nuclear iraniano, bem como o controle das suas instalações, por intermédio da Inteligência de Imagens (IMINT). Eles, certamente, serão os reponsáveis pelos dados e conhecimentos que indicarão a Israel o momento adequado para uma ação militar.

De acordo com uma análise dos últimos pronunciamentos de dirigentes israelenses, a falta de uma solução negociada para a crise e a continuidade do programa, certamente levarão a Israel adotar medidas para solucionar o impasse. Assim, podemos inferir que um ataque aéreo preventivo, seria uma opção possível. Entretanto, ela se apresenta de uma forma mais complexa do que as anteriores. Isso se deve em razão da distância a ser percorrida pelas aeronaves, violando o espaço aéreo de vários países e a necessidade de se efetuar reabastecimentos no ar. Assim, passaremos a analisar detalhadamente essas opções:

1 – A rota mais direta de ataque seria através da Jordânia e do Iraque. Nesse cenário, dificilmente a Jordânia consentiria em uma livre passagem por seu espaço aéreo.

2 – A segunda opção que se apresenta seria uma incursão através do espaço aéreo da Arábia Saudita e do Iraque. Deve ser ressaltado que a Arábia Saudita é o país que possui o melhor sistema de defesa aérea do Oriente Médio, fato que poderia ocasionar a interceptação das aeronaves, dificultando a ação israelense.

3 – A outra variante a ser considerada seria a de voar sobre a Síria e o Iraque. Em razão dos recentes conflitos na Síria, essa opção se mostra viável, pois o seu sistema de defesa aéreo poderia se encontrar, de certa forma, fragilizado. Entretanto, em 22 de junho um avião de caça F-4 turco foi abatido por mísseis do sistema de defesa sírio indicando que o sistema, não obstante a convulsão social, permanece operacional.

4 – Uma outra opção que se apresenta, seria a de voar pelo sul da Turquia. Essa rota já teria sido utilizada por Israel em 2007 quando realizou o ataque ao reator nuclear na Síria. O fato é que essa opção não parece muito factível em razão da recente deterioração das relações diplomáticas entre os dois países. Ademais, em razão dos problemas com a Síria, a Turquia parece haver reforçado a sua defesa aérea justamente no sul do país.

5 – Finalmente, restaria a rota de ataque pelo Mar Vermelho, através dos Golfos de Aden e Oman, realizando uma aproximação pelo sul do Irã. Essa alternativa seria bastante difícil em razão da distância a ser percorrida e necessitaria ser do conhecimento e receber o apoio dos Estados Unidos. Ele mantém o controle da região, por considerá-la estratégica para a manutenção do tráfego marítimo, principal rota da exportação de petróleo do Golfo Pérsico.

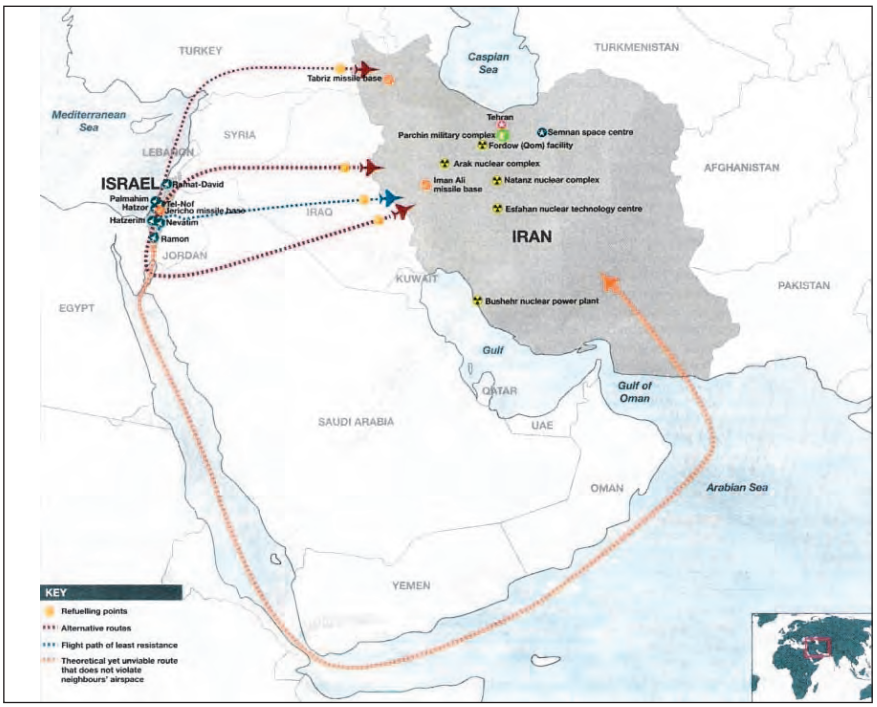


Figura 2. Potencial rotas de ataque e pontos de reabastecimento aéreo para um ataque contra as intalações nucleares do Irã (Fonte: Jane's Defense Weekly – 28/03/2012)

Além dos ataques aéreos, Israel teria a opção do ataque por intermédio de mísseis balísticos Jericó III cujo alcance (cerca de 4.800 km) poderia alcançar a maioria dos alvos pretendidos. Entretanto, os ataques aéreos são mais acurados e o emprego de mísseis teria de ser,

mandatoriamente, com emprego de ogivas nucleares. Isso poderia se transformar em um fator extremamente negativo para Israel e uma catástrofe geopolítica sem precedentes em todo o Oriente Médio. Uma outra opção considerada, embora remota, seria a de realizar um ataque por mar, utilizando submarinos convencionais, como plataforma de lançamento de mísseis de cruzeiro. Entretanto, pouco se sabe sobre o alcance dos mísseis que Israel possui. Considerando que a distância entre o Golfo de Oman e Teerã é de cerca de 1.300km, essa hipótese parece remota, em razão do raio de ação padrão para um míssil de cruzeiro.

Figura 3. Principais instalações nucleares iranianas. (Fonte: Geopolitique, Yves Lacoste, Larousse – 2008).

Levando em consideração as principais armas que Israel possui à sua disposição para atacar o Irã, o vetor aéreo parece ser o mais provável. Assim, torna-se relevante fazer uma breve análise sobre os meios aéreos do Irã. Defender o espaço aéreo iraniano é um grande desafio, em razão de suas dimensões territoriais e do seu relevo (montanhoso). Isso obriga a criação de uma rede de estações fixas de radar perfeitamente integrada com aeronaves, para prover um alarme aéreo antecipado[6]. Atualmente o Irã não possui um grande potencial de aeronaves AEW[7]. No que tange a sua aviação de caça e interceptação a situação seria semelhante, em decorrencia do longo embargo de armamento e seus sobresalentes, decretado ao país[8].

Embora Israel possua superioridade aérea, a tarefa de conseguir destruir as instalações nucleares do Irã parece um tanto complexa. Primeiramente, em razão de sua localização (vide figura 3), uma vez que elas estão dispersas por boa parte do território. Em segundo lugar, elas passaram a ser construídas em subterrâneos, na profundidade média de 10 metros abaixo do nível do solo e com a espessura de suas paredes estimada em cerca de dois metros de concreto. Mesmo contando com munição especial[9], isso seria um grande desafio para os pilotos israelenses.

Concluíndo, poderíamos afirmar que em razão das distâncias a serem percorridas pelas aeronaves e pelas características das instalações nucleares iranianas fazem desse ataque uma operação de alto risco para Israel, especialmente se não contar com um apoio externo. Mesmo bem sucedido, esse ataque só paralisaria, de forma momentânea, as pretenções iranianas em prosseguir em seu projeto nuclear.

[1] O presente artigo é baseado em um estudo de Scott Johnson e Emily Chorley, analistas da revista *Jane's Defense Weekly* e publicado em 26/03/2012.

[2] Ataque preventivo ou preemptivo pode ser definido como um ataque de surpresa lançado com a intenção de contra-atacar ou antecipar uma ofensiva inimiga obtendo, assim, a Surpresa Estratégica. O exemplo mais significativo foi o da "Guerra dos Seis Dias" iniciada em 05/06/1967 contra o Egito.

[3] Ações encobertas ou *Cover Action* são procedimentos que buscam influenciar, diretamente, eventos em um país. Em termos de intensidade podem variar desde a persuasão, propaganda até ações paramilitares. São normalmente alegadas "*Raison D'etat*" – o Estado está acima de qualquer coisa e descritas como uma atividade intermediária entre a diplomacia e a guerra.

[4] O sistema de Inteligência de Israel é formado, basicamente, pelo MOSSAD, responsável pelo campo externo e a espionagem, o Shin Bet que cuida da contraespionagem e do campo interno e pelo AMAN que a Inteligência de Militar de Defesa responsável, também, pela Inteligência de imagens e de sinais.

[5] Israel possui três submarinos da classe *Dolphin*, sendo que existem mais dois em construção.

[6] Alarme Aéreo Antecipado ou Airborne Early Warning (AEW) é provido por aeronaves que possuem sensores capazes de detetar eventuais invasões do espaço aéreo.

[7] Segundo *World Military Aircraft Inventory", Aerospace Source Book 2008*, o Irã só teria dois aviões IL 76 AEW.

[8] Segundo o *World Air Forces – Historical Listings*, o Irã teria apenas dois esquadrões operativos de F-14 Tomcat (cerca de 79 aeronaves) 48 MIG-29, 24 Mirage F1, 65 F-4D e F-4E.

[9] Bombas denominadas de *Bunker-bursting (Guided Bomb Unit GBU-28)*.

Autor

Marcio Bonifacio Moraes
Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM-1) da Marinha do Brasil, Membro Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Conferencista Emérito da Escola Superior de Guerra

"Polícia Nacional"é um pensamento que vem emergindo em Portugal há alguns anos, no seio das instituições de segurança interna, nalguma sociedade civil e na opinião pública. No meu caso, em 27 anos de serviço efectivo numa força de segurança, a Polícia de Segurança Pública, terá sido na última meia dúzia de anos da fase de serviço activo, vivendo e constatando intensamente o modo de funcionamento do sistema de segurança interna, que esta convicção se fortaleceu e com uma arrumação de ideias mais tranquila e consolidada após cessar a normal efectividade de serviço.
O farol que norteia este pensamento alicerça-se puramente em factores do superior interesse nacional, da segurança nacional, da segurança pública, da segurança de pessoas e bens e expurgado de qualquer sentimento corporativista.
Estou ciente do grau de sensibilidade que envolve este tema, que se sabe não ser consensual
Olhando para a história das polícias em Portugal, julgo que se pode constatar que o actual sistema de segurança interna (as nossas Forças e Serviços de Segurança) não é constituído por uma estrutura secular consolidada e coerentemente concebida, mas sim por um conjunto de instituições geradas ao longo de cerca de um século e meio por impulsos conjunturais dos regimes políticos.
Podemos dizer, deixando para trás alguns episódios históricos, nomeadamente das últimas décadas do século XIX e do período da "1ª República", que foi a partir da entrada de Portugal na União Europeia que começou a ser notório os inconvenientes da proliferação de forças policiais no país, em prejuízo de uma melhor qualidade do serviço prestados aos cidadãos e da mais adequada gestão dos recursos públicos.

Ao longo do tempo foram-se avolumando e agravando as indesejáveis e inconvenientes situações tipo e redundâncias que decorrem das valências e competências das Forças e Serviços de Segurança, das sobreposições funcionais e territoriais, da descoordenação das acções, da conflitualidade institucional, factos geradores de perda de eficácia e de desperdício.
A generalidade dos países do ocidente, nomeadamente, os 27 da União Europeia, viu e resolveu esta questão, implementando uma polícia única.
Falamos de vários itens da acção policial e da segurança interna em que sistematicamente se verificam os aspectos negativos atrás tipificados e onde, potencialmente, continuarão a evidenciar-se.

- **Limites territoriais** e áreas de policiamento geral das forças de segurança.
- **Competências** exclusivas/reservadas, competências especiais e competências comuns das forças e serviços de segurança.
- **Investigação criminal** (bases de dados de informação criminal; combate ao crime violento, outra criminalidade específica e crime comum).
- **Armas e explosivos** (licenciamento; fiscalização, controlo de armas e explosivos).
- **Trânsito** (segurança rodoviária; regularização e fiscalização; escoltas motorizadas; informação pública sobre tráfego).
- **Segurança aeroportuária** (segurança de passageiros, aeronaves e infra-estruturas em aeroportos internacionais e outros; aeródromos; autoridades nacionais e internacionais da aviação civil).
- **Segurança pessoal** (segurança de titulares de órgãos de soberania e de outras entidades nacionais, de cida-

Uma Polícia Nacional será uma mais-valia para Portugal, interna e externamente... A generalidade dos países do ocidente, nomeadamente, os 27 da União Europeia, viu e resolveu esta questão, implementando uma polícia única

dãos sujeitos a especial ameaça, de altas entidades estrangeiras; segurança de grandes eventos).
- **Ordem pública** (gestão de incidentes táctico policiais e de alterações de ordem pública).
- **Sedes dos órgãos de soberania** (manutenção da segurança na Presidência da República, Assembleia da República, Residência Oficial do Primeiro Ministro, Presidência do Conselho de Ministros; Tribunais).
- **Regiões Autónomas** (policiamento, competências territoriais e funcionais).
- **Ambiente** (competências territoriais e funcionais, prevenção e investigação)
- **Catástrofes e desastres naturais** (comandamento e meios a empenhar).

Vive-se actualmente um período conjuntural de REFORMA DO ESTADO, de algum modo impulsionada de fora para dentro, por motivos de todos conhecidos. Que sejamos nós portugueses a fazê-la, tanto quanto possível e com oportunidade, através dos nossos legítimos representantes, em obediência às iniciativas e opções mais adequadas ao interesse de Portugal.

Todas as reformas têm a sua dose de choque e de reacção à mudança. Julgo que é chegada a altura de se constituir em Portugal a sua Polícia Nacional, grande estrutura policial resultante da unificação das forças e serviços de segurança existentes no país. Considero que é um importante, justificado e sério empreendimento no sentido de um dos grandes objectivos do Estado: "Segurança, Bem-estar e Justiça social".

A Polícia Nacional Portuguesa terá potencialmente as vantagens de:

- Eliminar inconvenientes de relevo que hoje se verificam, nomeadamente, de **âmbito operacional**, logístico e de gestão de recursos humanos.
- Dispor no país, numa região, num município, de **uma só polícia** a trabalhar enquadrada na mesma estrutura, em comunhão de objectivos.
- Ter melhores condições para uma melhor **prevenção** e mais eficácia no **combate ao crime**.
- Dispor de uma base de dados de **informação criminal** única, sem as estanqueidades e separações actuais, aumentando a capacidade proactiva e diminuindo as probabilidades de fuga à justiça dos criminosos e infractores.
- Proporcionar uma melhor **gestão de recursos humanos** e favorecendo também a mobilidade geográfica e funcional do pessoal.
- Permitir mais adequada gestão do **parque imobiliário** afecto à segurança interna, sendo previsível a libertação de edifícios do Estado para outros fins, a cessação de alguns arrendamentos e abrandamento da necessidade de novas construções.
- Nos diversos vectores da **acção internacional** e contribuindo para a política externa do Estado, permitir melhor adequação e mais eficácia dos contingentes, representações e delegações nacionais, nomeadamente, em missões de paz no âmbito da ONU, da EU e de outras organizações internacionais, cooperação policial na União Europeia, Europol e Interpol e cooperação com países da CPLP e países terceiros.
- Gerar condições para que o **orçamento** da Polícia Nacional seja menor do que a soma dos orçamentos das actuais forças e serviços de segurança.

Com estas considerações não se deixa de ter em conta a evolução qualitativa que se verificou em cada uma das forças e serviços de segurança nas últimas décadas, uma melhor qualidade de serviço e uma melhor preparação individual dos elementos que as integram, bem como uma melhoria nos conceitos de actuação adoptados, em prol do cidadão.

Todavia, na vida em sociedade, de hoje, as nações democráticas abertas vêm apresentando vulnerabilidades perante a evolução qualitativa e quantitativa das criminalidades, nacionais e transnacionais. As redes rodoviárias e outros sistemas de transporte que ligam com facilidade e rapidez todas as regiões, a circulação internacional, as telecomunicações e tecnologias de informação e comunicação, a fácil inserção e dissimulação de pessoas e vários outros fatores favorecem, hoje, a criminalidade e insegurança.

A partir de princípios da década de 90 do século passado, os programas e a acção executiva dos Governos contemplaram acções de reestruturação das forças de segurança com sinais claros de que era imperioso efectuar mudanças. Implementou-se o possível, pouco, dentro das possibilidades conjunturais da época.

Já na 1ª década do século XXI novos estudos foram desencadeados, nos quais se admitia a dado momento que TUDO estava em cima da mesa, tudo podia ser posto em causa. Nessa fase, após adopção de algumas medidas pontuais, perdeu-se mais uma oportunidade.

Por outro lado, os superiores órgãos de coordenação das forças e serviços de segurança, hoje existentes na estrutura governamental da segurança interna, são soluções que, em minha opinião, apenas conseguem atenuar os reais inconvenientes existentes.

Faço uma referência relevante ao recente programa eleitoral que apontava para um modelo de segurança interna designado por "sistema dual", criando uma Polícia Nacional que integraria três vertentes, ou seja, a Segurança Pública, a Investigação Criminal e Estrangeiros que, concretamente falando, juntava a PSP, PJ e SEF, mantendo outra força de segurança, de natureza militar, a GNR.

Penso que, a avançar aquele modelo seria um passo no sentido certo, mas teria como ponto fraco ficar-se por um objectivo limitado, uma vez que uma boa parte dos actuais inconvenientes se manteria e, afinal, o Executivo teria que encarar o ónus da mudança, com semelhante peso como se se empenhasse no objectivo principal.

O chamado "sistema dual" é um modelo que, segundo muitas opiniões actuais, está esgotado.

Uma Polícia Nacional será uma mais-valia para Portugal, interna e externamente. A manutenção do actual sistema pode resvalar para sermos considerados um elo fraco, no contexto das fronteiras externas da EU.

Gostaríamos de proceder como "o general que venceu a batalha porque concentrou oportunamente os seus meios" e não o outro que "perdeu a batalha porque dispersou as suas forças".

Por estas razões defendo que este empreendimento é um forte desafio que vale a pena. É certo que envolve pesada responsabilidade do Executivo e das instituições. Requer planeamento muito cuidadoso, prudente e seguro e a entrega consciente das pessoas, num espírito aberto para um importante objectivo nacional. Justifica-se que se faça e os portugueses entenderão e farão bom acolhimento disso, porque serão os destinatários do resultado positivo.

A Polícia Nacional Portuguesa integraria as competências e recursos das forças e serviços de segurança, unificados e extintos.

A Polícia Nacional Portuguesa seria depositária da heráldica, história e tradições das forças e serviços de segurança que a passariam a integrar.

Autor

António Herlander Pereira Chumbinho, supt-ch
Vice-presidente da Direcção
Sócio n.º 506/94

Empresas e Instituições amigas da AACDN

BPI

BRAGA

GUIMARÃES

SECURITAS

A Defesa do Porto de Lisboa
Ontem e Hoje

Importância geo-estratégica do Porto de Lisboa

Em qualquer país a condução da política e da estratégia não são tarefas simples nem lineares. Factores internos e externos, condições sociais, económicas e culturais, umas imediatas e outras resultantes de séculos de conflitos e de desenvolvimento condicionam a sua evolução.

No caso do Estado português deve-se ao mar uma importância histórica e um papel determinante na sua formação e evolução. Portugal surgiu como consequência da luta travada em toda a área do Mediterrâneo entre cristãos e muçulmanos e nesse contexto a Península Ibérica constituía uma posição de extrema importância na defesa do flanco ocidental da Europa. A sua posse assegurava o domínio essencial do Mediterrâneo Ocidental garantindo segurança à navegação para o Atlântico Norte. Os seus portos, abrigados e seguros, eram fundamentais para o apoio da ligação entre os dois mares – proporcionavam locais de aguada, obtenção de sal e géneros frescos, reparação das embarcações e velas, descanso e recompletamento das equipagens. De entre eles destacou-se de forma notável o privilegiado porto de Lisboa, no estuário tranquilo do Tejo, com facilidades proporcionadas em ambas as margens e fora da barra na costa até Cascais.

Ao analisar a defesa deste porto de mar é aconselhável ter presente que defender, no limite, é um acto bélico, mas cujo conceito abrange actividades tais como: proteger, vigiar, dissuadir ou combater. É também necessário reflectir no conjunto de vectores que foram os elementos fundamentais para a protecção do litoral ao longo dos tempos. A consciência da importância desses vectores e o seu conhecimento permitiram estabelecer as bases dos conceitos de defesa que, obrigato-

riamente, viriam a sofrer notáveis transformações com a evolução empreendida pelo progresso das ciências e subsequentes doutrinas militares. Podemos então considerar, associados, os seguintes cinco vectores:

- O Homem que desde as épocas mais remotas sentiu a necessidade de defender-se;
- Que usou sempre o terreno em seu favor tendo construído fortificações em pontos estratégicos;
- Que se apoiou nos navios, como componente naval com a missão táctica de defesa móvel;
- Conseguindo com a artilharia desenvolver o combate em profundidade;
- Com o meio aéreo que, em conjunto com a electrónica, lhe permitiram a vigilância a grandes distâncias ganhando tempo, a qualquer hora do dia ou da noite, sob quaisquer condições atmosféricas.

O contexto histórico da Defesa do Porto de Lisboa

Em todos os sistemas conjuntos destinados à protecção do porto de Lisboa, utilizados até à invasão castelhana de 1580, a função vigilância tinha mais peso de que a função de combate defensivo. Assim se verificou durante toda a Idade Média, desde o tempo da ocupação moura, em que os castelos de Sintra e Palmela tinham a função específica de vigiar o mar, tanto a Norte como a Sul do estuário do Tejo. Um aviso atempado permitia uma primeira barreira de defesa realizada no mar por navios de guerra armados para o efeito e o tempo necessário para activar a defesa terrestre. Com D. Dinis a armada de guerra reforça-se e vigia em Cascais. Com D. Fernando melhoram-se as muralhas da fortificação de protecção da capital e usa-se pela primeira vez a artilharia pirobalística.

Com o aparecimento da artilharia tais organizações defensivas sofreram mudanças. Nas barras do Tejo e do Sado as fortificações, mantendo na mesma a função de vigilância, permitiam ainda a interdição dos canais de entrada nos estuários, ou a protecção das armadas de guerra que actuavam ao alcance dos seus canhões. Foram essas as intenções de D. João I com o forte do Outão e de D. João II com o sistema defensivo composto pela torre de Cascais, que conjugava a vigilância exterior da entrada da barra do Tejo com a protecção aos navios de guerra ancorados na sua baía, com o fogo conjunto e o tiro de ricochete das batarias baixas de Belém ou da Torre Velha da Caparica, reforçados pelo elevado potencial de fogo de um galeão, "*O Botafogo*", que a meio do Tejo contribuía para a sua interdição. E D. João III para melhor se defender criou a armada permanente de navios guarda-costas que actuavam durante todo o ano.

Contudo toda a fortificação costeira tinha o seu ponto fraco. Preparada para combater o inimigo que se apresentava na sua testa marítima estava deficientemente defendida pelo lado terrestre, podendo ser facilmente contornada e tomada. Tal precariedade levou D. Sebastião a aumentar o sistema conjunto de postos de vigilância ao longo da costa, construindo as atalaias, com vigias permanentes e recorrendo a patrulhas de vigias montados a cavalo, nos locais onde não existiam atalaias. Quando a pólvora colocou em cheque o equilíbrio entre a defesa e o ataque das fortificações, o papel do engenheiro militar sobressaiu fazendo nascer as escolas de fortificação tendo por base os princípios gerais da fortificação regular ou as regras específicas da fortificação irregular. Desde então, e até aos nossos dias, o Exército Português, ao contrário de outros, nunca abdicou da responsabilidade de formar os seus próprios engenheiros, levando-os a exercer actividades, tanto no campo da construção militar, como na construção civil. Coexistiram, assim, muitas vezes, no mesmo militar, as funções de engenheiro militar, engenheiro civil, arquitecto e construtor. Não surpreende por isso que os engenheiros militares tenham estado presentes sempre nos grandes, problemáticos e memoráveis momentos por que passou a Nação portuguesa.

Tubo peça de 23,4cm em estaleiro para ser montado, Alcabideche, 1949
(Foto GEAEM/DIE)

Durante a dominação Filipina, e após a perda da "*invencível armada*", foram construídas várias fortificações para baterem a entrada pelo Tejo. Construiu-se no ilhéu rochoso da Cabeça Seca, o forte de S. Lourenço, que tinha como objectivo cruzar fogos com a fortaleza de S. Julião e as batarias da Caparica, conjunto defensivo que com as correntes fortes na barra tornavam quase impossível, a qualquer força naval, forçar a passagem para Lisboa. A situação estratégica de Cascais impôs a construção da fortaleza de Santo António da Barra, e o reforço da fortaleza da Luz, em Cascais, embrião de uma futura cidadela.

Com a Restauração o rei D. João IV confirmou o interesse de Cascais como ponto estratégico para a defesa de Lisboa, mandou ampliar a fortaleza de São Julião da Barra e concluiu o forte de S. Lourenço da Cabeça Seca. Estas três fortificações, há muito programadas, assumiam, naturalmente, o papel central do dispositivo defensivo então delineado, mas não eram suficientes para constituírem o sucesso do mesmo. Essa função foi atribuída a uma série de pequenos fortes e baluartes mandados construir, entre Belém e o Cabo da Roca, defendendo praias e enseadas de forma a contrariar

possíveis desembarques inimigos. Foram construídos os baluartes da Cabeça de Oito Ovos (hoje São Jorge de Oitavos), do Guincho, de Sanxete, da Lagem do Ramil (hoje Nossa Senhora da Guia), do Rio do Bode (hoje Santa Marta), da Foz (hoje Santa Catarina), da Senhora da Conceição, de São Roque, de Santo António, do Rio do Estéril (hoje da Cruz), de São Pedro ou da Poça, de São Teodósio e do Junqueiro. Foram também construídas outras fortalezas ao longo do rio, aquartelando pequenas guarnições estando permanentemente artilhadas e guarnecidas com grande quantidade de artilharia: os fortes de S. Bruno, de Caxias e de S. Pedro, localizados em pontos que batiam de flanco os navios que manobravam pela barra do Tejo. Além das acções que isoladamente lhes estavam cometidas desempenhavam ainda um papel nitidamente dissuasivo, dada a imagem de poder e capacidade bélica do seu arsenal pirobalístico que em conjunto apresentavam. Ligando os fortes e baluartes, sobranceiros aos pontos que permitiam desembarques, nas arribas de Oitavos e nas praias de Cascais, Sainhas e Carcavelos foram construídas extensas linhas de mosquetaria ou fuzilaria, consistindo em grossas muralhas com parapeitos próprios para a defesa a tiro de espingarda e plataformas para pequenas batarias em plano superior, ou a cavaleiro, onde poderiam ser montadas peças de artilharia, servidas normalmente por um paiolim na sua proximidade.

Nos reinados de D. Pedro II e de D. João V foram construídos na Trafaria os fortes da Raposeira e das Alpenas. No tempo do marquês de Pombal, no reinado de D. José, as praças de Cascais e de S. Julião da Barra, tinham por missão a defesa dos acessos à capital do Reino, a norte, e na península a sul do Tejo as praças de Sesimbra e de Setúbal contribuíam para impedir o acesso terrestre à margem esquerda do Tejo. Nessa época foram construídos, em Oeiras, o forte de Catalazete e no Guincho, as batarias da Galé, Alta e da Crismina, estas mais tarde reedificadas e ampliadas, por ordem de D. Miguel.

Durante a ocupação do território nacional, pelas tropas francesas comandadas por Junot, este determinou que se ligasse o forte do Bom Sucesso à torre de Belém por uma bataria corrida que ficaria a denominar-se como bataria do Bom Sucesso. A Guerra Peninsular foi longa e árdua, obrigando à realização de muitas obras defensivas e de protecção, sendo a mais conhecida a Norte de Lisboa destinada a contrariar a progressão para a capital. Esta também tinha uma componente relacionada com o mar: uma linha defensiva em torno de Oeiras que garantia a posse da barra do Tejo, na margem direita, e a protecção do embarque das tropas, na retirada, em caso de necessidade. Também em Almada, uma linha de fortificações protegia a cidade de Lisboa de bombardeamentos realizados a partir da margem esquerda do Tejo. Em Setúbal uma outra linha era destinada a proteger o embarque de tropas, mas neste caso no rio Sado. Complementarmente, um sistema de comunicações telegráficas óptico transmitia para Lisboa informação sobre as características e nacionalidades dos navios que se preparavam para entrar ou sair pela barra do Tejo. A aplicação deste sistema telegráfico, designado por "*Rede Folque*", ia de Oitavos (a oeste de Cascais) até ao castelo de S. Jorge, em Lisboa, com as estações intermédias principais em S. Julião da Barra e na Torre de Belém.

Até ao século XIX, contra os navios de vela, a defesa costeira era caracterizada pela necessidade de opor forças ao desembarque do inimigo e deter o seu avanço quando conseguisse desembarcar, lançando-o de novo ao mar. Baseava-se então na disseminação de forças defensivas ao longo do litoral, nos pontos onde era possível o desembarque, ou onde, pelos efeitos dos ventos, correntes e marés, os navios tinham que se aproximar da costa. Depois, a defesa das costas e dos estuários passou a materializar-se por posições defensivas constituídas por formações de artilharia colocadas em fortificações ao longo da orla costeira, principalmente nos pontos favoráveis aos desembarques e nos ancoradouros.

Com os navios armados de poderosa artilharia, constituindo autênticas fortalezas marítimas, a defesa afastada passou a ser executada pela componente naval, com a missão táctica de defesa móvel. A componente terrestre, através dos seus pontos fortificados, protegeria apenas os acessos aos portos que dispunham de importância estratégica – esta era também a situação do porto de Lisboa.

Com o emprego do vapor, começaram os navios a ter uma maior necessidade em recorrer aos portos para serem sujeitos a reparações mecânicas e se reabastecerem de combustível e munições. Caminhou-se então para a protecção das bases navais, defendidas por meio de batarias nas suas rotas de acesso. Por outro lado, a evolução das armas e da organização dos exércitos tornara difícil o desembarque em costa aberta. Em vez de repelir o desembarque a artilharia costeira passa a tomar como missão impedi-lo, contendo o inimigo ao largo. O conceito da defesa das costas transfere-se para a luta directa entre navios e fortificações costeiras. A organização da defesa costeira modifica-se e a sua missão passa a ser: proteger as bases de operações navais e impedir os desembarques. A partir de meados do século XIX cresceu a precisão do tiro, a sua regulação progrediu e a superioridade das batarias costeiras sobre os navios tornou-se muito considerável. As minas submarinas (designadas inicialmente também por torpedos fixos) vieram reforçar a acção da artilharia de costa. A defesa fixa completava-se com a defesa móvel marítima constituindo-se flotilhas de superfície e submarinas, que também contribuem para a defesa do litoral. É no reinado de D. Pedro V que se substituem as bocas de fogo de alma lisa pelas de alma estriada e se adoptam os projecteis oblongos, abandonando-se o emprego de "*balas especiais*". Adoptam-se para o serviço da costa materiais com os calibres 16 e 19 em peças de ferro estriadas e 32 em morteiros de ferro.

Pausa na instrução sobre a peça de 23,4cm, Alcabideche, 1983
(Foto de Paulo Almeida)

Em 1860, por Sá da Bandeira é publicada a "*Memória sobre as Fortificações de Lisboa*", que constituiu um ensaio para a construção dum campo entrincheirado. O governo é então pressionado e autorizado a fortificar as cidades de Lisboa e do Porto e os respectivos portos. Em 1863, o rei D. Luís I inaugura solenemente na serra de Monsanto o início dos trabalhos de construção do reduto que terá o nome dessa mesma serra e que, mais tarde, também, será designado por reduto Sá da Bandeira – a primeira fortificação permanente a integrar o Campo Entrincheirado de Lisboa. A acção do ministro Fontes Pereira de Melo promoveu notáveis impulsos da artilharia e da fortificação e o Exército alcançou importantes melhoramentos de ordem material, em harmonia com os progressos da ciência e das indústrias que destas aproveitavam e faziam evoluir a ciência da guerra. Foi um período e uma matéria em que bastante sobressaíram os engenheiros militares, porque a reestruturação da defesa da cidade de Lisboa voltou a ser considerada prioritária para os políticos.

Em 1873 o Marquês Sá da Bandeira, destacado pelo vigor e persistência das suas opiniões, aliadas ao inegável prestígio técnico que possuía, é nomeado Director-Geral das Fortificações dando continuação aos trabalhos da construção das obras defensivas, artilhadas e complementares do Campo Entrincheirado. É sob o seu impulso que se realizam estudos detalhados das várias hipóteses de acções vindas do mar contra a costa, e da forma como se deveria montar a defesa costeira, para se opor a esses ataques. Vinha a estudar-se um conceito defensivo contrário ao alargamento excessivo da área a defender, perfilhado e muito ampliado por uma "Comissão de Defesa de Lisboa e seu porto" (criada em 1866, sob a sua presidência), que consistia no aproveitamento das linhas de 1833 – com vinte e sete obras defensivas e se cingia à antiga linha de circunvalação da cidade. Na margem esquerda, passava pela construção de outro campo entrincheirado ligando o forte de Almada com o lugar da Raposeira.

A melhor garantia para a defesa residia na existência de forças navais prontas a entrar em acção e sustentadas por convenientes bases de operações e pontos de apoio dotados de fortificações marítimas suficientemente poderosas para que pudessem repelir o ataque inimigo e com ampla liberdade para poderem desempenhar a sua função de defesa móvel ao largo da costa. A partir de 1876, adopta-se o conceito de defesa activa da zona de Lisboa. Os redutos e fortes das linhas defensivas de Lisboa recebem artilharia estriada em aço e bronze. Do lado do mar, as defesas da barra do Tejo contam com canhões estriados de aço, em batarias com poucas peças, mas bem defendidas, que podiam manter à distância uma poderosa esquadra, especialmente quando usadas conjuntamente com outras armas que então se desenvolveram, como as minas e os torpedos em posições fixas. Em 1878 foi criado o Serviço de Torpedos, em Paço de Arcos, e subordinado à Arma de Engenharia a quem competiam os trabalhos para a defesa do porto de Lisboa por meio do emprego de minas fixas submarinas actuadas à distância e protegidas por barragens de artilharia. Foi adquirido o primeiro material dessa especialidade. Ali também se fabricavam os explosivos e foram desenvolvidos modelos nacionais de torpedos automóveis. Foi nesta unidade que o Príncipe Real, o Senhor D. Carlos de Bragança, fez o seu tirocínio como adjunto da companhia de torpedos e aprendizagem nas matérias relativas à fortificação do porto de Lisboa. Ali frequentou o curso da Escola de Torpedos, sem nunca deixar de exercitar a sua veia artística, testemunhada através do seu desenho do vapor "*Fulminante*", pertencente a essa mesma Escola.

A organização militar de 1884, promulgada por Fontes Pereira de Melo, ficou reconhecida por ter sido uma das mais importantes e das mais duradouras de sempre. Foi este ministro, tendo por base os seus conhecimentos de fortificação como engenheiro militar, quem decidiu a aquisição das bocas de fogo de aço, para a artilharia de costa. Estas vieram sucessivamente da Alemanha de 1875 a 1886. As primeiras dez bocas de fogo, seis de 28 cm e quatro de 15 cm, modelos Krupp, foram distribuídas pelas novas batarias do Bom Sucesso e de S. Julião da Barra. Chegaram depois mais quarenta peças de 15 cm que vieram artilhar algumas das batarias do campo entrincheirado. O seu artilhamento foi completado, posteriormente, com obuses de 28 cm e peças de 7,5 cm, estas destinadas a proteger as linhas de defesa dos torpedos fixos.

A adopção da artilharia estriada de carregar pela culatra, cujo alcance, precisão e rapidez de tiro aumentaram consideravelmente teve como consequência uma importante transformação na arte de fortificar; como mais tarde, a partir de 1885, também o emprego de materiais de tiro curvo e dos explosivos brisantes nas cargas dos projécteis haveria de levar à opção da

utilização em larga escala do betão e couraçamento das obras de fortificação. É na utilização e emprego inovador das técnicas de utilização destes materiais de construção – o betão e o aço – que se vão distinguir vários engenheiros militares da transição do século XIX para o século XX.

Nesta época os estudos para a defesa marítima da capital foram realizados tendo por base os critérios definidos pelo então major de Engenharia Duval Teles, ajudante de campo de Sua Majestade El-Rei D. Luís, que apresentou na "Comissão de Defesa de Lisboa e seu porto", em Novembro de 1886, um relatório sobre a maneira de organizar a defesa do porto de Lisboa. Por sua proposta o assunto foi desenvolvido posteriormente por uma Subcomissão que foi nomeada por decreto real, tendo a responsabilidade da presidência sido atribuída a Sua Alteza o Príncipe Real D. Carlos de Bragança, que a exerceu com muito mérito e saber.

A Subcomissão ia estudar a organização da defesa do porto de Lisboa, na sua zona interior e parte exterior adjacente à barra do Tejo. O relatório de Duval Teles foi o ponto de partida dos estudos realizados e que remataram, ao cabo de dois anos, em de Março de 1889, no "Projecto Geral" dessa defesa. Foi, sem dúvida, o trabalho mais completo que até então, sobre a defesa do porto de Lisboa, se havia feito. A principal preocupação foi alargar a área coberta pela artilharia, que actuaria protegida por fortificações modernas, para lá da zona da barra de modo a colocar a capital a salvo do tiro distante da artilharia dos couraçados inimigos que permanecessem ao largo.

Foram definidas duas zonas de defesa do porto: uma interior, que correspondia à área já defendida anteriormente, coberta por batarias e pelas duas faixas de torpedos; outra exterior, que se alargava aos cabos da Roca e Espichel, como limites extremos, e estava a cargo principalmente da marinha de guerra, dentro da aplicação do conceito naval da defesa activa. As forças navais seriam constituídas por 2 divisões de combate naval (3 couraçados, 3 exploradores e 6 contratorpedeiros, cada) da Esquadra do Atlântico e pela 1.ª Divisão de Submersíveis, em Lisboa (1 contratorpedeiro e 3 submarinos). Os navios seriam apoiados por batarias terrestres adicionais e por campos de minas.

Esta organização designada como Frente Marítima do Campo Entrincheirado de Lisboa foi a primeira grande estrutura especificamente orientada para a defesa do porto de Lisboa. A sua concepção representava para a época um arrojo e uma enorme energia de execução pondo à prova a competência e a capacidade dos engenheiros militares portugueses. Possibilitou que a barra do Tejo fosse considerada intransponível pelos maiores peritos militares estrangeiros, o que teve larga projecção no sistema de defesa nacional. Para tal foram construídas a bataria casamata do Bom Sucesso, em Belém; o reduto do Alto Duque, no Restelo; as batarias, em S. Julião da Barra; forte de Caxias ou de D. Carlos; o reduto do Duque de Bragança, na Medrosa, em Oeiras; a bataria da Ribeira da Lage, ou bateria de D. Maria Pia, em Santo Amaro de Oeiras; a bataria de D. Amélia, no Alto das Antas, em Santo Amaro de Oeiras; as batarias Infante D. Afonso, nas Alpenas, na Trafaria, a bataria da Raposeira ou Bateria Infante D. Manuel, na Trafaria; a bataria de S. Gonçalo, entre Oeiras e Carcavelos; as batarias das Fontainhas e do Areeiro, entre Oeiras e Paço de Arcos, e a do Bugio, a meio do Tejo, para defesa da faixa de torpedos; e a bataria da Parede. Foi complementada pelas 2 faixas secretas de torpedos fixos, entre Paço de Arcos e Oeiras; e os quartéis da Medrosa, Oeiras, Espargal, Areeiro, Paço de Arcos, Trafaria e Parede. A defesa marítima era completada por tropas de artilharia de guarnição, destinadas à defesa móvel dotadas com baterias auto-rebocadas de obuses. Para defesa do porto de Setúbal foram construídas as batarias da Chã do Zambujal e do Casalinho.

Sob a direcção superior de Duval Teles, tornou-se necessário expropriar sem demora os terrenos destinados às várias batarias para a conclusão do plano de defesa de Lisboa e do seu porto. Foi necessário decretar a sua construção e delimitar a área das respectivas servidões, uma vez que com a abertura da linha férrea de Cascais, a partir de 1896, a pressão urbanística começava a exercer-se sobre os terrenos necessários para implantação das batarias do sector exterior até Cascais. Progrediu lentamente a sua construção e artilhamento. Para o apoio à construção e transporte das peças e obuses de grande tonelagem tiveram que ser construídas diversas obras auxiliares, tais como: linhas de caminho-de-ferro de bitola estreita do tipo "*Decauville*", o plano inclinado da Trafaria e o cais da praia da Torre, junto a S. Julião da Barra. Algumas destas linhas estreitas: a da estação de caminhos-de-ferro de Oeiras até S. Julião da Barra, ou a de Porto Brandão à Trafaria, mantiveram-se, mesmo após conclusão das obras, constituindo o principal meio de transporte para munições e caminho dos projectores de iluminação.

No virar do século as inovações tecnológicas foram também introduzidas nas várias fortificações: a electricidade, os elevadores automáticos, os projectores eléctricos de pesquisa, a fotografia, os sistemas de correcção de pontaria para tiro indirecto, os postos telemétricos e postos de observação, a telegrafia sem fios e um conjunto largo de outros melhoramentos. As primeiras experiências de telegrafia sem fios entre as duas margens do Tejo, para satisfazerem as necessidades da defesa do porto de Lisboa, foram realizadas em 1901, tendo sido utilizados aparelhos do tipo "*Ducretet*" que deram muito bom resultado. O mesmo sucedeu com o emprego dos projectores. Em 1902 fez-se o contrato para a compra de artilharia, a entregar até 1907, paga em prestações anuais suportadas pelo fundo de remissão dos recrutas. Em 1903 começou a chegar a Lisboa o material alemão CTR Krupp destinado às novas fortificações.

Peça de 23,4cm integrada nas instalações do Hospital de Cascais, Alcabideche, 2009
(Foto de José Berger)

O Campo Entrincheirado de Lisboa teve o seu quartel-general instalado no palácio de Massarelos em Caxias, tendo tido como seu primeiro governador o infante D. Afonso, irmão de D. Carlos. As tropas previstas para a sua guarnição eram, entre outras: forças de Marinha (no serviço de torpedos fixos); tropas de Engenharia (1 companhia de sapadores de praça e 1 companhia de torpedeiros do serviço de torpedos fixos); forças de Artilharia, num total de 25 baterias ou equivalente para guarnição das diversas organizações de defesa terrestre ou marítima. Desde 1907, que o Campo Entrincheirado de Lisboa estava dotado de estações telegráficas pertencentes ao Serviço Telegráfico Militar. Em 1910, na frente marítima, dispunha dos seguintes postos: Bom Sucesso, S. Julião da Barra, Caxias, Trafaria, Ameixoeira, Cruz de Oeiras, Alto do Duque, Paço de Arcos e Duque de Bragança. Em 1912, passaram a funcionar também as estações de Espargal e Medrosa, e mais tarde a da Parede.

Concluídas as fortificações, e guarnecidas estas por tropas, iniciou-se o período de instrução do pessoal que terminava com exercícios conjuntos de fogos reais, diurnos e nocturnos, sobre alvos fixos e móveis, em que tomavam parte as baterias marítimas do campo entrincheirado e os órgãos do serviço de torpedos fixos. A grande dimensão dos sistemas de artilharia e de fortificação que integravam o Campo Entrincheirado de Lisboa, a grande evolução técnica dos materiais da artilharia e a crescente dificuldade em bater alvos couraçados em movimento levou à criação, no advento da República, não só de um tipo de artilharia individualizada – a Artilharia de Costa, mas também a de um órgão de Engenharia destinado especificamente ao acompanhamento das suas obras.

Com a entrada de Portugal na Grande Guerra os artilheiros de costa marcharam para França. O 1.º Batalhão de Artilharia de Costa fez parte do Corpo de Artilharia Pesada do Corpo Expedicionário Português e o 2.º Batalhão de Artilharia de Costa foi a base do Corpo de Artilharia Pesada Independente indo equipar o material super pesado em linha férrea. Durante o conflito a Marinha de Guerra reforçou a defesa do porto de Lisboa e estabeleceu barragens interiores, postos de vigilância e de escuta de submarinos.

Após a Grande Guerra a defesa de costa foi organizada com base no princípio geral "*de que melhor se defende atacando*". Assim o peso da defesa passou em grande parte para a sua componente móvel ofensiva: submarinos e aviões. A marinha e a aviação seriam a primeira linha de defesa num contexto estratégico em que a preponderância marítima e aérea dariam a mais avançada segurança à costa. Contudo, apesar da sua mobilidade, as forças navais e aéreas não podiam acorrer a tempo a toda a parte. Daqui resultou a necessidade de prover à defesa directa de determinadas zonas de costa, com meios locais, que incluíssem elementos terrestres, navais e aéreos, não pelo estabelecimento da defesa em linha ao longo de todas as costas nacionais, mas pela defesa concentrada em núcleos compreendendo zonas sensíveis. E, ainda nestas zonas, a defesa não era dispersa por elas mas agrupada em torno dos objectivos principais a defender. Os elementos da defesa local foram então estudados e desenvolvidos em justa e harmónica proporção: a fortificação que haveria de ser

preparada com antecedência somente nas posições mais importantes; a defesa submarina, com minas e obstruções; as forças ligeiras de superfície, submarinas e aéreas, atribuídas à defesa local e a fracção do exército em campanha, destinado à defesa nas frentes de mar e de terra.

Em 1930, são organizadas a Frente Marítima da Defesa de Lisboa e a Escola de Aplicação de Artilharia de Costa e Contra-Aeronaves, com sede em Paço de Arcos, contudo a defesa marítima do porto de Lisboa era considerada deficiente e quase inútil posto ser constituída, na sua maioria, por obras de fortificação permanente a céu aberto, sem camuflagem possível, e todas elas facilmente referenciáveis para os bombardeamentos aéreos, visto serem baterias de alto relevo. Também o alcance das baterias que guarneciam as mesmas obras era já muito inferior ao alcance da artilharia dos navios de guerra da época. Para que a defesa costeira pudesse realizar a sua missão, tanto contra o ataque naval, como contra o aéreo, foi indispensável dispor de uma aviação de largo alcance. Esta, pesquisando uma ampla zona avançada do mar em relação à costa, permitia descobrir o inimigo a uma distância tal do centro da defesa, que os meios de contra-ofensiva local poderiam iniciar sobre ele uma acção eficaz, ainda antes que a sua acção se manifestasse, função que só a aviação poderia realizar. O efeito da aviação sobre as operações costeiras era nitidamente apontado como mais favorável ao defensor que ao atacante, pois potenciava o armamento costeiro em relação ao naval. O radar também transformou a artilharia de costa numa força admirável capaz de atingir duramente os seus alvos a qualquer hora do dia ou da noite. A sua necessidade para a artilharia de costa provém das limitações interpostas à observação visual, durante os períodos de nevoeiro, neve ou chuva forte. Nestas circunstâncias o radar passou a substituir a observação necessária à vigilância do sector e igualmente fornecer dados para a regulação do tiro que seria necessário desencadear.

No prosseguimento da reorganização dos sistemas de defesa nacional portuguesa, em Março de 1939, pretendeu-se atender às necessidades militares do porto de Lisboa na parte que se referia à protecção contra ataques pelos vectores marítimo e aéreo. A defesa costeira de Lisboa, englobando a defesa dos portos de Lisboa e Setúbal, foi estudada e planeada por uma comissão militar anglo-lusa. Esta comissão concebeu o último dispositivo da artilharia de costa. Foi o "Plano Barron" (PLANO B) para a Defesa Integrada dos estuários do Tejo e do Sado, mas que só se considerou plenamente operacional em 1958. Organizava-se da seguinte forma: 1 Comando de Defesa de Costa, 1 zona de contrabombardeamento com 2 grupos de artilharia de costa e 2 redes de telemetria e observação, 2 zonas de defesa próxima (incluindo 2 grupos de artilharia de costa de defesa próxima, 2 defesas contra pequenas unidades navais, 2 zonas iluminadas, 2 zonas de projectores de descoberta, 1 faixa de minas comandadas, 1 barreira no rio para protecção interior do porto, ancoradouros e fundeadouros para fiscalização).

Uma vez aprovado o plano foi solicitado ao Governo Britânico a sua intervenção para facilitar a satisfação das encomendas do armamento necessário. Os Aliados necessitavam que se mantivesse a neutralidade peninsular e nesse âmbito a Inglaterra veio fazer importantes concessões ao país em termos de fornecimentos económicos e militares. A evolução da situação internacional leva ao acordo dos Açores com a Inglaterra, que muito vai beneficiar a defesa de costa portuguesa, graças à chegada de peças modernas de 23,4cm, 15,2cm, 19cm (usadas nas colónias) e 5,6cm predictores, telémetros, projectores e material para os torpedos fixos (minas).

A implementação do dispositivo do "Plano Barron" obrigou à construção de um conjunto de novas fortificações e outras construções (postos de comando, de observação, abrigos para projectores e outros equipamentos, cabos enterrados ou submarinos para transmissão de dados, quartéis, etc.) e a alterações e remodelações nas fortificações existentes que nele foram incluídas.

A guerra do Ultramar e o empenhamento total dos quadros e tropas a que obrigou veio afectar a operacionalidade da Artilharia de Costa, tendo o esforço desenvolvido a partir de 1976 permitido readquirir a operacionalidade perdida na década de sessenta. Aos sistemas de artilharia foram, também, aplicadas as tecnologias de ponta, que por razões de prioridade orçamental que impediam a sua aquisição no estrangeiro, foram desenvolvidas internamente, procurando soluções economicamente viáveis e práticas. As mais marcantes relacionaram-se com: o sistema de instrução de tiro de artilharia de costa (projecto SITAC), os sistemas de direcção de tiro com interface radar-computador-peças, a adaptação da câmara térmica ao telémetro traçador e um sistema de simulação para a artilharia de costa (projecto SIMAC).

No dia 10 de Dezembro de 1998, a 6.ª bataria do Regimento de Artilharia de Costa, situada na Fonte da Telha, abriu fogo pela última vez com as suas três peças de 23,4cm. No último ano do século passado a Artilharia de Costa foi completamente desactivada, fruto da reestruturação ocorrida no Exército Português.

As alianças no contexto actual da Defesa do Porto de Lisboa

Se em todo o Portugal medieval, de economia agrícola, o mar foi a rota comercial dos produtos importados e exportados, nos séculos XV e XVI, o mar fez do nosso país o grande cais da Europa onde afluíam as cobiçadas mercadorias do Oriente.

Portugal com as suas fraquezas económicas e sociais teve de utilizar, em frequentes ocasiões, tanto a diplomacia como as instituições militares em defesa da soberania e na protecção dos seus entrepostos situados em

Portugal com as suas fraquezas económicas e sociais teve de utilizar, em frequentes ocasiões, tanto a diplomacia como as instituições militares em defesa da soberania e na protecção dos seus entrepostos situados em locais de elevada importância geoestratégica

locais de elevada importância geoestratégica. A situação obrigou ao desenvolvimento do dispositivo militar destinado à segurança tanto das costas, como dos portos portugueses e das rotas marítimas na Ásia e na África. A partir do século XVIII, sempre vislumbrando os espectros de guerra no firmamento europeu e mundial, a política portuguesa de defesa assumiu de forma clara que Lisboa constituía o objectivo decisivo da defesa nacional, pelo que o papel das forças militares e da fortificação para a protecção da sua costa e do porto marítimo da capital foi fundamental para a consolidação do domínio e protecção do litoral até aos finais do século XX.

Com a globalização verificada no século passado, a exploração, utilização de recursos e defesa do mar e da soberania portuguesa passaram a exigir um investimento muito alto e de meios próprios específicos para a garantia da sua segurança nacional. Esses investimentos que deveriam ser considerados como fundamentais para a continuação da actividade da protecção do nosso litoral e zona económica exclusiva, porque só assim seria possível conduzir uma política autónoma com a suficiente força económica e de desenvolvimento, face a outros estados melhor apetrechados, não foram realizados. Não sendo possível desta forma, e havendo a consciência do facto de que a segurança e a estabilidade têm dimensões políticas, económicas, sociais e ecológicas, para além da indispensável dimensão de defesa, que impõem uma concepção de segurança mais ampla, foram assumidos através de uma procura contínua de diálogo e de cooperação, fundados em tratados de aliança.

Hoje os desafios e os riscos com que uma Aliança se confronta no domínio da segurança são de natureza muito diferentes, em contraste com as ameaças do passado. Os riscos que subsistem para a segurança dos Aliados apresentam-se sob formas complexas e provêm de múltiplas origens. Tais perigos ou riscos, pelas suas características, implicam na mesma a constituição de forças multinacionais, o que, por sua vez, exige aos Estados um potencial de defesa eficaz, com forças armadas mais preparadas, dotadas de grande mobilidade, elevado grau de tecnicismo e credibilidade.

Com o Tratado de Lisboa, ratificado por Portugal como um dos Estados-Membros da União Europeia, sempre que um destes seja objecto de um ataque armado no seu território poderá contar com a ajuda e assistência dos outros, obrigados a prestar-lhe socorro. Vivemos então sob o protecção da eventual intervenção das forças multinacionais na execução de uma Política Comum de Segurança e Defesa, que no caso concreto da União da Europa Ocidental, como organização de defesa europeia, constitui um meio para reforçar o pilar europeu da Aliança Atlântica, pela EUROFOR e EUROMARFOR, que reúnem forças terrestres e marítimas de Espanha, França, Itália e Portugal, mas que prescinde das fortificações de antanho.

Fortificações do Porto de Lisboa – Defesa de um património

Não restam quaisquer dúvidas de que o domínio das costas, portos e estuários, e o emprego da fortificação e da artilharia na sua protecção foram fundamentais para assegurar a independência, desenvolvimento e prestígio de Portugal no Mundo. É neste contexto que se destaca a importância exercida pela fortificação do porto de Lisboa ao longo dos tempos. A sua História está intimamente associada à História de Portugal. Sem aquela, esta seria diferente e os nossos destinos como Nação teriam sido outros.

Cabe a um Povo a obrigação de preservar a memória dos feitos dos seus antepassados e a preservação do seu património edificado é uma das formas que permite prestar essa homenagem. Possui a vantagem de recordar e incentivar o seu estudo e importância da sua contribuição significativa para o desenvolvimento do nosso país. É esse o caso do património imóvel construído para defender o porto de Lisboa e é esta mais uma obrigação que, em pleno século XXI, cabe a todos nós Portugueses.

Autor

José Paulo Ribeiro Berger
Tenente-coronel do Exército, Engenheiro Militar, Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar e da Repartição de Planeamento e Gestão do Património da Direcção de Infra-Estruturas do Exército

Dívidas, mercados e confiança

Na situação de crise em que vive o nosso País, a Europa e o Mundo, muito se tem falado na ida aos mercados, antes da data prevista, como um sinal muito positivo da confiança dos credores externos na economia e no Governo de Portugal. E, de facto, assim é, mas falta a confiança interna, na economia e no Governo, que leve a que os agentes económicos (Famílias, Empresas e Instituições Financeiras) retomem as suas normais funções de consumidores, de aforradores, de investidores e de financiadores.

Todos nós sabemos que a economia funciona à base das expectativas dos seus agentes e estas são muito influenciadas pelo ambiente que se vive na sociedade. E este ambiente é actualmente marcado pela falta de confiança no futuro, por virtude de um presente cheio de incertezas e de situações que geram o desânimo, quando não mesmo o desespero: os níveis elevados de desemprego e de tributação, que reduzem drásticamente o nível do rendimento disponível das famílias, o que, por sua vez, reduz os seus níveis de consumo e de poupança, o que se traduz por diminuição da actividade económica e do financiamento, o que induz menores níveis de investimento. E com menores níveis de produção e de investimento, as empresas não conseguem manter os níveis de emprego, fazendo engrossar o desemprego, recomeçando, assim, o ciclo vicioso acima descrito.

Toda esta situação é devida à crise financeira, económica, social, política e ética que grassa pelo mundo inteiro, mas também à debilidade crónica da nossa estrutura produtiva, insuficiente para garantir os níveis de consumo e de investimento internos, os quais só se tornaram possíveis à custa do défice sistemático da balança de pagamentos externos, cujo financiamento origina, precisamente, a nossa dívida externa.

Quando o valor desta dívida externa acumulada (em termos líquidos, isto é, deduzida dos ativos financeiros externos possuídos pelos agentes económicos nacionais) excede o PIB e quando a sua taxa de juro média excede a taxa de crescimento do PIB (características da actual situação em Portugal), torna-se notória a impossibili-

dade de o País fazer face ao serviço da sua dívida externa (pagamento dos juros e reembolso da dívida vencida). Tal situação alarma os credores internacionais, que reagem a esse acréscimo de risco de incumprimento aumentando os juros exigidos pela detenção da dívida externa existente, o que tem como consequência a desvalorização dos ativos constituídos por essa mesma dívida, com as inevitáveis perdas registadas por todos os seus detentores, gerando o pânico e desacreditando o país.

Chegados a este ponto de incapacidade de novo endividamento externo para fazer face aos défices externos e ao reembolso da dívida externa que se vai vencendo, não há outra saída que não seja a negociação com os credores externos e as instituições económicas e monetárias supra nacionais em que estamos integrados (Comissão Económica Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), no sentido de obter o crédito externo que o mercado já não assegura e em condições de prazo de reembolso e de taxa de juro que sejam suportáveis pela economia do país.

Tal como numa empresa ou numa família em dificuldade financeira, para recuperar o crédito que lhe foi concedido é preciso avaliar as suas potencialidades de gerar poupanças futuras, concedendo-lhe um prazo de reembolso compatível com o volume das poupanças que consegue formar e aplicando uma taxa de juro suportável e não especulativa.

Aplicando este raciocínio à divida externa portuguesa e considerando que teremos de, a prazo, reduzir o seu valor em relação ao PIB, tal implicará termos no futuro uma balança de pagamentos externos superavitária, o que só se conseguirá com uma fortíssima política de fomento das exportações e de substituição das importações, a par de uma substancial atração de capitais externos, aplicados nomeadamente em novos projetos de produção de bens transacionáveis.

O facto de termos conseguido equilibrar a balança de pagamentos externos em 2012 é já um bom pronúncio do sucesso do esforço a empreender, mas tal equilíbrio só foi conseguido à custa de uma grande restrição no consumo, o que ainda se poderá considerar virtuoso por eliminar sobretudo consumos superfluos, mas o mesmo já se não poderá dizer da restrição do investimento, que enfraquece a capacidade produtiva, comprometendo a própria recuperação da economia.

E o reforço da capacidade produtiva do país tem de ser a variável estratégica fundamental, sem a qual não se tornará possível devolver ao povo português o nível de bem-estar que já antes havia atingido, eliminando, evidentemente, todos os desperdícios e todos os excessos consumistas, e concomitantemente gerar os excedentes na balança de pagamentos externos necessários ao cumprimento dos nossos compromissos.

A nossa dívida externa é constituída por três grandes grupos de devedores: o Setor Público (que engloba o Estado e o Setor Empresarial do Estado), o Setor Empresarial Privado e o Setor Financeiro, sendo que a atenção tende a concentrar-se na Dívida Pública. Com efeito, a Dívida Pública Portuguesa tem uma componente externa, constituída pelos credores externos, e uma componente interna, constituída pelos credores internos. Dada a sua importância, são-lhe aplicadas regras comunitárias muito severas, não podendo o défice orçamental exceder 3% do PIB e a dívida pública ultrapassar 60% do PIB, quando actualmente se situa acima dos 120% do PIB. E também aqui se aplica o mesmo raciocínio que acima se referiu para a dívida externa. Para reconduzir a dívida pública ao rácio permitido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento vai ser necessário criar excedentes orçamentais, tanto mais elevados quanto mais curto for o prazo de recuperação, o que exigirá, fundamentalmente, fortíssimos cortes nas despesas públicas, já que se encontra esgotada a capacidade contributiva dos cidadãos, embora se identifiquem, ainda, entre 20% a 25% do PIB de matéria coletável que foge ao fisco e que a mais ínfima das justiças tributárias requereria que fossem objeto das primeiras medidas de recuperação de receitas fiscais.

Tudo isto é matéria que se encontra em discussão com a Troika e com a Comunidade Europeia e de que se espera venha a resultar numa dilatação do prazo de reembolso e num abaixamento das taxas de juro dos empréstimos concedidos pela Troika, a par de um alargamento do prazo para a gradual consolidação orçamental.

Por muito que custem as medidas de austeridade atinentes à consolidação orçamental, reconduzindo o orçamento do setor público a uma situação de equilíbrio, primeiro, e de excedente, depois, não poderemos deixar de honrar os nossos compromissos, minimizando os efeitos negativos de tais medidas sobre os cidadãos, quer do lado dos impostos, não ultrapassando o limiar não só da sobrevivência, mas de um certo bem-estar mínimo, quer do lado das despesas, assegurando níveis adequados de respostas sociais, na educação, na saúde e na segurança social.

Pode parecer, à primeira vista, que se trata de uma iniquidade para a geração presente ter de suportar impostos superiores aos benefícios que o Estado lhe confere através das despesas públicas, mas a justiça intergeracional é, de certo modo, reposta se atentarmos nos benefícios duradouros que foram legados à geração presente pelos investimentos que foram feitos pelas gerações passadas, financiados por empréstimos que agora têm de ser pagos pelos beneficiários desses investimentos. É certo que se poderá questionar se estes foram os investimentos que mais interessariam ao País, mas aí há que assacar responsabilidades às instâncias comunitárias que, com os seus apoios financeiros, induziram os sucessivos Governos a aproveitarem essas ajudas naqueles investimentos considerados estruturantes da integração comunitária.

Parece termo-nos desviado do fulcro da nossa reflexão, mas é indispensável ter uma visão holística da problemática nacional. Na realidade, qualquer país que necessite de obter o financiamento dos seus défices (externo e

Banco Central Europeu

público), tem de contar com o mercado para o efeito, beneficiando de condições concorrenciais oferecidas pelos investidores financeiros. Mas quando se está numa situação de sobreendividamento e se perdeu a confiança dos mercados quanto à capacidade de cumprimento, passando a estar tutelado por um grupo representativo dos credores, que impõem as suas condições e as suas exigências, as quais visam restituir os equilíbrios macroeconómicos e orçamentais, de modo a sustar o crescimento do endividamento externo e público, a nossa soberania nacional fica muito restringida, tornando-se necessária toda uma luta de restauração da independência, que exige muitos sacrifícios, como numa economia de guerra, em que a sobrevivência nacional é arvorada em desígnio nacional, a fim de assegurar a própria sobrevivência individual dos cidadãos.

E é nesta gesta pela restauração da independência que é extremamente importante a primeira vitória alcançada com a operação de colocação de dívida pública a 5 anos, no mercado financeiro, a uma taxa de juro normal (inferior a 5% ao ano), revelando a confiança dos investidores no emitente da dívida, a República Portuguesa. E nem se diga que se tratou de uma operação sindicada, com êxito antecipadamente assegurado, que contou com a medida de apoio do Banco Central Europeu, que se disponibilizou para comprar a dívida pública dos países intervencionados, desde que estes regressassem aos mercados, e que constituiu um bom negócio para os bancos que subscreveram a dívida, pois que puderam obter liquidêz junto do Banco Central Europeu à taxa de juro à volta de 1%, aplicando essa liquidêz a quase 5%.

Sendo tudo isto verdade, não invalida a confiança necessária para se assumir o risco inerente à tomada destas obrigações, abrindo, assim, caminho para futuras novas operações a realizar nos mercados, afastando, deste modo, o espetro da necessidade de solicitar mais dinheiro às instituições da Troika, perpectuando a sua presença na condução da política nacional e, portanto, a nossa situação de dependência externa.

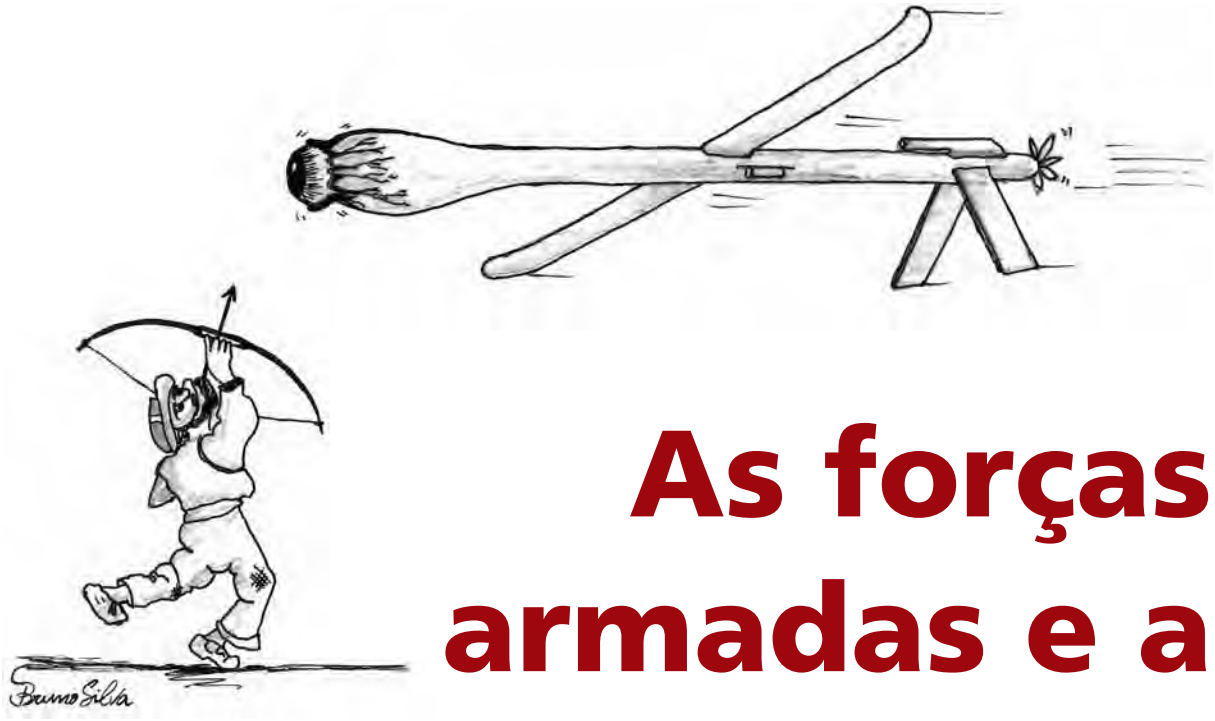
Mas não podemos esquecer que esta primeira vitória nesta luta pela independência nacional, marcada pela restauração da confiança externa, tem de ser complementada pelo restabelecimento igualmente da confiança interna, a qual exige políticas de fomento da actividade económica e do investimento, que conduzam ao emprego, pois que o desemprego é não só o maior flagelo social, mas também o maior fator de ineficiência económica, filtrando para o exterior capacidades produtivas nas quais o país investiu e delas não tira o devido proveito.

Não cabe no âmbito desta reflexão as medidas que importaria tomar para reanimar a economia, desde logo as respeitantes à disponibilidade de crédito para financiar as pequenas e médias empresas, mas sem esquecer as que se referem à maior eficiência da justiça, à desburocratização e à eliminação da corrupção, sendo certo que se torna indispensável uma nova atitude do povo português, que acredite em si próprio e nas suas muitas e boas qualidades, cambiando o pessimismo e o derrotismo pelo empenhamento pessoal em acções de empreendedorismo, de criatividade, de responsabilidade, de sustentabilidade e de solidariedade.

Cabe a todos nós contribuir para a reconstrução de um Portugal mais produtivo e competitivo, com as suas contas externas e públicas equilibradas, e uma redistribuição mais justa da riqueza criada, para o que também deveremos contar com a solidariedade dos nossos parceiros europeus.

Autor

Alberto Ramalheira
Sócio n.º 33/80



As forças armadas e a interoperabilidade

"Aprendi, desde muito jovem, a bater o meu coração ao ritmo da caixa de guerra"

Marechal António de Spínola, numa alocução, ouvida pelo autor, interpretada como uma clara alusão ao mais do que bicentenário Colégio Militar

Em Portugal, aboliu-se pura e simplesmente o Serviço Militar Obrigatório, tradicional e importante instrumento de coesão Nacional, sem estudar devidamente as consequências. Por outro lado, o ensino Básico não desperta nas crianças o sentido da Pátria e o dever constitucional de cada cidadão a defender. País membro da União Europeia (UE) e aderente do Espaço Schengen, as fronteiras esbatem-se. Os nossos políticos, na maior parte fervorosos crentes do federalismo europeu, folgam em utilizar a palavra "Ibérico" em vez de "luso-espanhol", para referir eventos envolvendo os dois países, sendo a sua voz amplificada pelos órgãos de comunicação social, criando assim, embora apenas na aparência, uma nova entidade política intermédia que apenas aproveita ao nosso continental vizinho, potenciando as forças centrífugas, desintegradoras da nossa multisecular identidade como Nação.

Neste quadro, para além, naturalmente, dos militares e dos elementos das Forças de Segurança, os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional ministrados pelo Instituto de Defesa Nacional, personalidades escolhidas pela vincada qualidade dos seus curricula e boas perspectivas de carreira ao serviço do País, são os únicos cidadãos colocados, pelo Estado, formalmente, perante a problemática da Segurança e Defesa Nacional, durante um período de tempo razoável. Para alguns deles, terá sido a primeira oportunidade para contactarem de perto com os militares, nos trabalhos do IDN e durante algumas visitas de estudo a Unidades dos três Ramos das Forças Armadas (FA).

Ao criarem a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN), os seus membros parece terem desejado plasmar aí, a importância atribuída, por eles próprios, à experiência ímpar que lhes foi proporcionada. Pelo seu posicionamento em cargos cimeiros da Administração Pública e do tecido social, os Auditores são importantes formadores de opinião sobre a Segurança e Defesa Nacional.

Assim sendo, senti-me muito honrado, ao ser convidado para escrever sobre as Forças Armadas na conceituada Revista da AACDN, pelo seu Presidente, Tenente-General Frutuoso Pires Mateus, meu condiscípulo no Curso Geral Preparatório da Escola do Exército nos idos de 1957, por quem tenho a maior consideração e estima pessoal, reforçados, mais tarde, quando ambos assumimos maiores responsabilidades na direcção de Infra-estruturas, ele no Exército, sendo Engenheiro e eu, na Marinha, especializado em Comunicações, beneficiando do seu abalizado e amigo conselho informal.

Consciente da responsabilidade assumida, procurarei compartilhar com os leitores deste conceituado órgão de comunicação, embora de forma necessariamente sintética, algumas reflexões sobre aspectos das FA de hoje e de amanhã, apenas passíveis de serem experimentados por um, dos muitos que as viveram com paixão, a maior parte do tempo na componente operacional, continuando a experimentar um forte sentimento de pertença, inextinguível. Nesta perspectiva, dispensar-me-ei de abordar aspectos demasiado teóricos de teor estratégico e financeiro, já bem conhecidos dos leitores, por terem sido expressos em publicações oficiais, legislação e "powerpoints" de excelentes conferências.

Outrossim, procurarei municiar quem tem a paciência para me seguir, com mais alguma argumentação sobre a importância de outros factores, menos conhecidos mas, nem por isso menos importantes na formação dos militares, pois estes, em última análise, terão de estar sempre prontos, sem hesitação, a executar as missões atribuídas, mesmo com o sacrifício da própria vida, dever este, ímpar, entre todos os corpos profissionais servidores do Estado.

Recordo a seguir, três dos muitos episódios que mais me impressionaram durante a minha vida militar.

No século passado, no início da primeira década dos anos sessenta, um jovem Segundo-Tenente da Marinha portuguesa, prestando serviço num Contra-torpedeiro, foi nomeado Oficial de Cumprimentos junto de um grande Navio Auxiliar da Marinha dos EUA, surto em Lisboa, fundeado ao largo da Trafaria. No dia aprazado, fardado a rigor, cingindo a espada, aguardou na Doca da Marinha pela lancha da Armada que seria colocada às suas ordens para o transportar entre o cais e o navio. Um pouco antes da hora prevista para o embarque, o Cabo da Ponte, entidade que superintendia na infra-estrutura, informou ter a lancha sofrido uma avaria, não havendo possibilidade de a substituir em tempo. Preocupado, o Oficial começou a pensar rapidamente na forma de resolver o problema, varreu com o olhar o Mar da Palha nas imediações e, avistou uma traineira apetrechada para a pesca, cujo rumo a levaria a passar muito perto. Tirou o boné, acenou freneticamente e o mestre da embarcação correspondeu ao chamamento, aproximando-se e ficando a pairar junto ao cais. Chegando à fala, sendo-lhe explicada a situação, o pescador prontificou-se, de imediato, a efectuar o transporte, demonstrando que entre os homens do mar a solidariedade não é uma palavra vã, comicieira. O Oficial saltou para bordo, postou-se à proa, equilibrando-se nas pernas e na ponta da espada, procurando estar safo da profusão de covos e cabos e, passado algum tempo, ainda antes da hora prevista para a visita, o mestre manobrou e colocou-se, galhardamente, pela alheta de Bombordo do grande navio, perto do portaló, já arriado. O Oficial notou algum reboliço lá muito acima, no convés, onde, face ao inusitado tipo de embarcação que se aproximava, se levou algum tempo a perceber tratar-se da chegada do Oficial de Cumprimentos luso. Finalmente, recebeu-se sinal para atracar, o visitante subiu as escadas, saudou a bandeira e foi recebido pelo Oficial de Dia com as honras devidas, sendo conduzido à Câmara do Comandante, a quem transmitiu os cumprimentos de boas vindas da Marinha portuguesa, lamentando não ter utilizado uma lancha da Armada, por ter sofrido uma limitação operacional de última hora. O Comandante mandou chamar o Imediato e mais alguns oficiais e, perante estes, fez questão de elogiar o camarada que soubera cumprir a missão, superando uma limitação aparentemente insuperável. "What a Navy!", foi a sua expressão no final da alocução. O português já se sentia, evidentemente, orgulhoso de pertencer à gloriosa Armada Portuguesa, mas apreciou o elogio.

Durante uma visita de estudo aos Estados-Unidos, incluída no programa do curso de 1990 do "Royal College of Defense Studies", em Londres, tive ocasião de assistir a um jogo de "baseball", desporto tipicamente americano. Num intervalo, fui surpreendido pelo anúncio, sonoro, de que os recrutas de uma Unidade do Exército iriam prestar o Juramento de Bandeira, em pleno estádio. E assim foi. Perante as bancadas repletas, com os espectadores de pé, num ambiente emotivo, como os leitores podem facilmente imaginar, os militares, perante a Bandeira Nacional, juraram, ovacionados, defender a sua Pátria, se necessário, com o sacrifício da própria vida. Sentia-se que aqueles jovens eram a emanação da grande Nação norte-americana.

Numa outra oportunidade, em Washington, presenciei uma cerimónia evocativa num gigantesco cemitério militar, onde um mar de cruzes brancas, alinhadas, a perder de vista, atestavam, solenemente, a forma como soldados e marinheiros cumpriram um juramento análogo, em boa parte na defesa da liberdade da Europa e do mundo Ocidental.

Parece-me oportuno lembrar um outro enfoque, talvez mais tipicamente americano, expresso pelo lendário General George S. Patton, na 2ª Grande Guerra, líder do 3º Exército dos EUA. Após o desembarque das Forças Aliadas na Normandia, liderando o 3º Exército, conduziu uma avançada imparável, reconquistando 200.000 Km^2 de território e retirando do combate cerca de 1,8 milhões de soldados inimigos, entre mortos e prisioneiros, durante a avançada do Exército Aliado sobre o objectivo. Num filme que tive ocasião de ver, este chefe militar, conhecido pela sua extrema ousadia e também pela capacidade de ignorar ordens superiores, ao dirigir-se aos seus homens, ainda antes da invasão, dizia: "Não quero que vocês morram pela Pátria. Em vez disso, exijo-vos, façam com que os s.o.a.b. dos soldados inimigos morram pela Pátria deles!"

Na verdade, os militares, em combate, devem estar prontos a dar a vida pela Pátria mas, em última análise, é preciso desarmar ou eliminar o inimigo e as plataformas que utiliza, bem como assegurar o domínio do território, do mar ou do ar. Para isso, precisam de dispor de elevado treino e de utilizar armas, sensores e plataformas modernos.

Cada Ramo das FA está preparado para actuar num meio específico, terra, mar ou ar e a disciplina militar, embora no essencial, seja comum, reflecte estas especificidades. O soldado de Infantaria ou o Fuzileiro tem de ser preparado para assaltar uma posição, matar o inimigo com as próprias mãos, se necessário, ocupando o terreno, mas o marinheiro e o aviador visam, respectivamente, a neutralização das plataformas e das infra-estruturas ou unidades inimigas, muitas vezes fora do alcance visual. No mar e no ar é difícil assumir a posição de sentido correcta. Assim cada Ramo tem uma vivência muito própria e os políticos precisam de perceber que o todo nem sempre corresponde à soma das partes. É fundamental que ouçam a avisada opinião dos Chefes Militares para se conseguir maior eficácia.

Destinando-se a actuar em situações limite, de grande emergência, tensão e perigosidade, precisam de ter o moral elevado, habituar-se, durante a sua vida activa, a utilizar armas, sensores, plataformas e padrões de treino em tudo semelhantes aos empregues pelos militares dos outros Estados Aliados com quem partilham as operações. O despertar do espírito de missão, de mecanismos inibidores do medo, do enjoo no mar ou no ar, para conseguir minimizar o choque psicológico por testemunhar cenas dantescas, eivadas de sangue, morte e destruição, só se alcança mediante uma prática metódica e intensa de superação de obstáculos em ambientes extremos, o mais parecidos possível com situações limite, reais, a enfrentar, um dia. Assim se exercita, também a boa liderança, sempre fundada no exemplo dado pelos chefes. A ética, as leis e regulamentos militares são praticados e cumpridos por todos, do topo à base da pirâmide hierárquica. Dependemos uns dos outros, desde o grumete até ao Comandante. Numa situação perigosa, um erro do homem do leme ao cumprir uma ordem correcta do Comandante, pode comprometer irremediavelmente a segurança do navio. Numa Unidade Militar, todos são importantes. Um por todos, todos por um. Deste modo se geram, ao longo do tempo, laços, indissolúveis, de confiança e camaradagem, contribuindo para fortalecer o moral.

Em Portugal, é indispensável que os deveres da cidadania, avultando entre estes, o da defesa da Pátria, sejam ensinados, obrigatoriamente, nos bancos da escola básica, a par de uma primeira explicação sobre a existência de ameaças à segurança. Mais tarde, nos programas do ensino secundário, deve ser facultado aos jovens um esclarecimento sobre a importância das FA e também das carreiras que podem proporcionar, facilitando o recrutamento de voluntários com vocação para a vida militar. Entretanto, a criação do Dia da Defesa Nacional, proporcionando aos jovens adultos um contacto com a Instituição Militar, parece-me positiva, ainda que tardia e um tanto incompleta.

Os militares precisam de se sentir admirados e respeitados pelos outros cidadãos e pelo poder político. Não podem experimentar vergonha de andar uniformizados na via pública mas sim, orgulho. Em fins da década de

Fonte: Marinha Portuguesa, 2011

cinquenta, lembro-me de passear gostosamente no Chiado envergando a minha farda de Cadete de Marinha. A seguir à eclosão do 25 de Abril, os militares orgulhavam-se de andar fardados na rua. Tinham o moral elevado.

Ao participarem em forças militares da OTAN ou da UE, os nossos militares de terra, mar e ar, treinados segundo exigentes padrões de treino da OTAN, comuns a todos, têm utilizado plataformas, armas e sensores, semelhantes aos empregues pelos aliados, assegurando assim a interoperacionalidade com as outras Forças. A actuação dos portugueses nas missões internacionais em diversas latitudes do planeta, no comando de Forças ou nas Unidades, em situações perigosas ou mesmo de combate, têm vindo a merecer os maiores elogios das altas patentes aliadas.

Mas, atenção! Se os nossos Governos continuarem a proceder ao desinvestimento sistemático e sem substrato estratégico credível nos programas incluídos nas sucessivas Leis de Programação Militar (LPM), ao arrepio do cuidado planeamento militar, os meios, actualmente já avançados na idade, tornar-se-ão, em breve, obsoletos, resultando graves prejuízos para a segurança e prestígio do País.

Na verdade, no respeitante à Marinha, as Corvetas, utilizadas no patrulhamento da Zona Económica Exclusiva (ZEE), orçam os quarenta anos de idade, tornando-se, naturalmente, os custos de manutenção cada vez mais elevados, até a sua total obsolescência obrigar ao abate ao efectivo, como já aconteceu com a "Augusto Castilho", que tive a honra de comandar. Destinados a substituir as Corvetas na fiscalização da costa, dos seis Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), cuja construção estava prevista nos estaleiros de Viana do Castelo, foi por enquanto recebido apenas um operacional, tendo sido cancelados quatro. Talvez tenhamos de passar a reforçar a fiscalização da costa com navios de vela, dispondo apenas de um motor auxiliar de pequena potência: o Navio-Escola Sagres, o Navio de Treino de Mar Creoula e o lugre, seu irmão gémeo, propriedade de privados, o Santa Maria Manuela, a requisitar, eventualmente, pelo Estado...As Fragatas da classe Vasco da Gama, quase balzaquianas, necessitam de ser modernizadas para poderem continuar a ter valor militar.

Lembro o acréscimo de prestígio resultante para Portugal, pela participação destes últimos navios na Força Naval da UE empregue no combate à pirataria ao largo da Somália, já comandada por um Almirante luso, além de tomar parte em exercícios OTAN, tal como os novos Submarinos "Tridente" e "Arpão", pagos pelos portugueses com tanto sacrifício mas que permitem a Portugal, garantir uma área de exclusão marítima, caso seja necessário. Voltarei a este ponto mais adiante.

Pense-se no valor acrescido para o nome ou "marca" Portugal, produzido no meio internacional por esta participação de Forças portuguesas. Ou pela visita do Navio Escola Sagres a portos estrangeiros, reforçando a ligação à diáspora portuguesa. Os diplomatas sabem, como os nossos Embaixadores, à mesa de negociações ou com assento nos órgãos directivos de organizações internacionais, adquirem estatuto acrescido, por representarem um Estado que colabora no esforço militar internacional, participando na segurança e defesa a média e longa distância.

No caso do Exército e dos Fuzileiros da Marinha, ainda se utiliza a pesada espingarda G-3 do tempo da guerra do Ultramar. Tenho conhecimento que diversos programas da LPM relativos a viaturas blindadas e helicópteros para o Exército foram interrompidos inopinadamente, por ter sido reduzida a prioridade atribuída à Segurança e Defesa, reflectindo uma perigosa ignorância das lições da História e uma visão rósea de um futuro, quiçá inebriante mas infelizmente utópico, em que a nossa jangada de pedra ombrearia apenas com Estados solidários, executando uma política externa comum, numa Utopia, gigantesca e, desta vez, continental.

Na Força Aérea, os caças F-16 também necessitarão, provavelmente, de ser sujeitos a modernização. Recentemente, foram estes aviões que asseguraram a patrulha dos céus da Islândia, a solicitação da OTAN. Com plena satisfação da Aliança.

Relativamente às ameaças que impendem sobre o espaço arquipelágico português de terra, mar e ar, um leigo na matéria poderá pensar não existirem as de cariz militar ou armado. Segundo a doutrina castrense, a ameaça, recordo, pode ser definida como o produto lógico das capacidades pelas intenções. Assim, um Estado vizinho pode ter meios militares poderosos mas, sem o respectivo governo ter intenções belicosas não constituirá uma ameaça. Um outro país terá más intenções mas não possuirá armamento capaz, não sendo, assim, perigoso. Se às capacidades se aliarem as más intenções, então representará, sim, uma ameaça. Neste contexto repare-se na significativa importância de que se revestem os Serviços de Informações, bem como a capacidade de o Estado saber proteger eficazmente a sua informação de natureza crítica ou mesmo até classificada, nomeadamente na indústria[1]. A esta luz, parece devermos recear e estar preparados para o crescimento da onda de islamismo fundamentalista que grassa em muitos países no vizinho Norte de África, onde a Irmandade Muçulmana vem conseguindo hegemonia, embora sob a capa da moderação. Note-se o evoluir da situação política no continente negro mais a Sul, no Mali, na República Centro-Africana, no Chade, na Nigéria e, na costa Leste africana, na Somália e no Quénia, além de outros. Se os agentes do terror não forem atempadamente sustidos, como a França resolveu fazer, por considerar ameaçado o seu interesse estratégico, embora a pedido duma organização de países africanos e sob o beneplácito da ONU, poderá haver novos santuários a partir dos quais a Europa seria directamente ameaçada. O Irão e alguns outros países, já demonstraram querer ajudar certos regimes na aquisição de armamento nuclear e respectivos vectores. Mas a UE, sem uma política externa e de Segurança e Defesa comuns, continua a desinvestir na Defesa, ignorando os apelos do Tio Sam. É perigoso.

Relativamente ao terrorismo, lembremo-nos dos recentes atentados mortíferos em Madrid. Note-se a facilidade com que as lanchas conhecidas como "voadoras", visitam as praias do Algarve, navegando a partir da costa africana. Além de estupefacientes, podem trazer imigração ilegal e porventura terroristas que venham produzir atentados no solo ou no mar lusos, não só contra os portugueses mas também tomando como alvo os interesses estrangeiros instalados no País ou os milhares de turistas que nos visitam. Se, como parece possível, forem instaladas plataformas ao largo da costa para extracção de petróleo, gás natural ou produção de energia a partir do vento e da ondulação, a Marinha tem de estar preparada para garantir o nível de segurança adequado ao grau de intensidade da ameaça.

Numa circunstância em que, eventualmente, seja superiormente definida uma probabilidade elevada de ocorrência de atentados terroristas em Portugal, lembro que as Forças de Segurança poderão não ser suficientes para garantir a integridade dos inúmeros pontos sensíveis e infra-estruturas críticas existentes no País. As FA, nestas circunstâncias, precisarão de reforçar o dispositivo, em terra, no mar e no ar, colaborando com as Forças de Segurança. O Ministério da Defesa e o da Administração Interna precisam de se entender e planear conjuntamente. Talvez, a Constituição tivesse de ser mais uma vez revista para acomodar aquela colaboração.

Recordo ainda um outro tipo de ameaça para a qual temos de estar preparados: aquilo a que os anglo-saxónicos chamam "A bolt from the blue", isto é, o inopinado. Para a loira Albion, liderada pela Dama de Ferro, esse relâmpago foi a crise das Falklands/Malvinas, levando à intervenção das FA do Reino Unido, a milhares de milhas de distância, envolvendo a rápida activação de meios navais, a requisição e transformação de navios da Marinha mercante para efectuar o transporte e o apoio de uma Força de intervenção de milhares de homens. No caso português, a ameaça inopinada poderá ser, entre outros cenários, a extracção de cidadãos portugueses em situação de grave risco em África. Já aconteceu, por duas vezes, por causa da instabilidade na Guiné-Bissau, quando foi preciso mobilizar em 48 horas e embarcar numa Força Naval, efectivos da

Marinha e do Exército. Penso ser oportuno salientar que na primeira intervenção, a França, país nosso aliado na OTAN e também membro da UE, movimentava na área meios navais, em apoio de uma facção diferente da que merecia o apoio de Portugal. Lembro que poderá também ocorrer um acto de pirataria ou de terrorismo nos nossos portos ou nas águas sob jurisdição Nacional[2]. Como é sabido, a política externa dos Estados rege-se por interesses e ninguém poderá garantir que um vizinho, agora amigo, não virá a tornar-se hostil ou inimigo, mesmo tendo um governo democrático[3]. Existem zonas nos limites da nossa Plataforma Continental (a Norte), do Mar Territorial e da Zona Económica Exclusiva (ZEE) (a Sul) que não foram reconhecidos por certos Estados vizinhos, assunto este cujo aprofundamento envolve a interpretação da Convenção Internacional conhecida por Lei do Mar e não pode, naturalmente, ser abordado neste artigo Inclusivamente, constou-me que, já depois do 25 de Abril, as ilhas Selvagens teriam sido sobrevoadas, a baixa altitude, por caças estrangeiros e talvez este acto não tenha ocorrido sem intenção. Suponhamos que se descobrem recursos minerais ou energéticos, importantes, na nossa Plataforma Continental, passíveis de extracção, nessas zonas com limites juridicamente mal definidos. Acredito na diplomacia, mas poderá vir a ser necessário decretar e garantir uma zona de exclusão marítima. Para isto, é preciso ter meios e planos de contingência devidamente estudados. A União Europeia poderá, eventualmente, não perdurar no tempo. Atente-se nas alterações caleidoscópicas das fronteiras de grande parte dos Estados europeus nos últimos duzentos anos.

É evidente que Portugal, não tem condições para garantir, por si só, a sua segurança e defesa próxima, bem como a média e longa distância, necessitando por isso de participar em Alianças e, para tal, tem de colaborar no esforço comum, com os nossos militares instruídos e exercitados segundo os padrões definidos como necessários para garantir a interoperabilidade entre Forças de diferentes nacionalidades, utilizando plataformas, armas e sensores com um grau de modernidade semelhante ao dos estrangeiros. Atente-se no teor do Artigo 5º do Tratado da Aliança de que Portugal é membro fundador[4]. Se esse estatuto for evocado, as FA lusas poderão ter de participar em operações com os Aliados em diversas latitudes do planeta. Se, por degradação dos meios ou obsolescência, as FA perderem interoperabilidade, então, em vez de os nossos militares serem úteis e credíveis, constituirão outrossim um prejuízo, podendo até colocar em risco os aliados. Perdoem-me os leitores o sarcasmo mas, em pleno século XXI, quando se utilizam drones, misseis, bombas guiadas e óculos de visão nocturna, um militar armado apenas de coragem, arco e flechas, cavalos e navios de vela, não terá qualquer utilidade, a não ser numa guerra de guerrilha, para desgastar um invasor.

Não se pode sofismar nesta matéria. Desde a antiguidade, os combatentes, os nossos militares, em tempo de paz, têm de treinar intensamente segundo padrões muito exigentes. A História demonstra que a falta de treino e de armamento capaz, paga-se em tempo de guerra com um aumento do número de baixas, desnecessário. Veja-se o que aconteceu com o nosso Exército na Flandres, durante a primeira Grande Guerra.

Agora, recordemos as recentes e breves intervenções públicas dos nossos Chefes de Estado-Maior dos Ramos das FA nos órgãos de comunicação social, nomeadamente na televisão, afirmando que os níveis de treino do pessoal se encontram há algum tempo nos mínimos admissíveis. Quando estes altos responsáveis militares, escolhidos exclusivamente pelos Governos, falam para o exterior da Instituição, é preciso ler nas entre-linhas do seu discurso: eles terão querido, a meu ver, alertar a Nação para o facto de o treino das FA se encontrar há demasiado tempo abaixo do mínimo indispensável. Os responsáveis políticos precisam de cuidar, atempadamente, deste problema. Os portugueses não querem, certamente, que durante a utilização operacional, haja mais militares mortos e feridos do que o indispensável. Também podem ocorrer mais avarias e acidentes com as plataformas, sejam elas viaturas, aviões ou navios, resultando um custo de milhões de euros com reparações que poderiam ter sido evitadas. A verificarem-se estes eventos nefastos, a culpa não poderá ser atribuída aos chefes militares mas sim aos decisores políticos por não terem querido atribuir às FA os recursos suficientes para o treino e para a aquisição e manutenção das plataformas necessárias.

Fonte: Força Área, 2013

É certo que o País carece desesperadamente de recursos financeiros mas, no concerto das Nações, um Estado independente precisa de atribuir meios suficientes às FA para estarem bem treinadas e equipadas para poderem ser utilizadas a qualquer momento e conseguirem garantir o domínio positivo do território e do espaço marítimo e aéreo sob a sua jurisdição, no contexto das Alianças. Se o País não mostrar possuir a vontade e os meios mínimos para garantir a sua segurança e defesa pelo menos a nível da criação de dissuasão, não poderá preservar a sua independência e os espaços vazios serão preenchidos por outrem com interesse na sua utilização. Não se pense que estou a exagerar, pois o próprio Presidente da Academia das Ciências, Prof. Adriano Moreira já o afirmou, ao alertar para o "Estado Exíguo". É indis-

Fonte: Exército, 2012

pensável, com critério, atribuir, prioridades ao emprego dos recursos financeiros e, a vertente de Segurança e Defesa é, deve ser, na minha modesta opinião, prioritária. Queremos ou não, no concerto das Nações, preservar a Independência Nacional? Forças militares prontas e eficientes não se conseguem obter com um mero estalar de dedos, apenas quando surge a ameaça, sendo imprescindível planear e prepará-las com anos de antecedência. Forças Armadas, necessariamente pequenas mas muito eficazes e com elevada capacidade de dissuasão, são indispensáveis.

Se não ocuparmos um "espaço" que é nosso... outros poderão ocupá-lo.

O treino adequado é crucial e a falta dele reflecte-se, evidentemente, no moral. E o moral, a força anímica, é uma componente essencial do militar em operações. Essa chama, não depende apenas da instrução e do treino mas, também, do patriotismo, da consciência de ser cidadão de um Estado democrático, embora exercendo a cidadania com as restrições que lhe são impostas pela Constituição da República mas não mais do que estas, de sentir o apreço da população, da confiança na competência dos chefes, da disciplina compreendida, dos regulamentos adequados, do bom estado do armamento, de estar devidamente apoiado no respeitante à saúde e à eventual invalidez, de saber que, em caso de morte, o seu cônjuge terá os meios de subsistência adequados, de se sentir remunerado de forma equiparada a outras profissões de referência muito exigentes, permitindo-lhe a si e à família aceder aos equipamentos sociais necessários, como estabelecimentos de ensino e hospitais.

Os militares precisam de ser regidos por um quadro legal e estatutário estável, respeitando a especificidade da Condição Militar, caracterizada por numerosos deveres mas compensados por direitos especiais, compensatórios das restrições à cidadania, incluindo obrigatoriamente, o do sacrifício da própria vida, se necessário, sem haver lugar para hesitações. São servidores do Estado mas não são funcionários públicos e não devem ser tratados como tal, pelo Poder Político, como, infelizmente vem acontecendo em Portugal através de técnicas de salamização, embora sucessivos Governos o neguem. Esta "confusão", mina o moral, faz doer a alma.

Ao ombrear com militares estrangeiros em diversas missões da OTAN e da UE, os militares tomam conhecimento directo dos direitos especiais dos seus congéneres dos países mais desenvolvidos do continente europeu, no tocante à sua livre participação em Associações Militares que são ouvidas pelo Governo no respeitante a vencimentos e outros direitos especiais que lhes assistem, como acontece, por exemplo na Irlanda, na Dinamarca, na Holanda e na Alemanha, entre outros Estados.

Se pertencemos à União Europeia e os políticos portugueses têm um discurso europeísta e até federalista, não é lógico que os nossos Governo assumam uma posição autista apenas no respeitante aos direitos dos militares. Repare-se como a lei trata, por exemplo, outros servidores do Estado com elevadas responsabilidades, como os Magistrados. Estes, estão investidos do poder de decidir sobre a liberdade dos cidadãos, o bem mais importante da democracia e, no entanto, podem organizar-se em sindicatos e transitar livremente entre cargos políticos e os da Magistratura.

Os militares são cidadãos em Uniforme. As FA portuguesas de hoje, decorridos quase quarenta anos desde o 25 de Abril, são constituídas por democratas que conhecem e aceitam as restrições constitucionais a que, voluntariamente, se obrigaram, mas apenas na sua estrita medida. O poder político precisa de compreender que as Associações Militares, aliás no quadro da Lei Orgânica que as rege, devem ser tratadas como parceiras, com lealdade, necessariamente biunívoca, no estudo dos problemas que afectam a comunidade castrense, pois representam uma mais-valia, na medida em que podem veicular superiormente, de forma mais rápida e flexível, os anseios e preocupações dos seus representados, por eles livremente debatidos, como se espera de uma verdadeira democracia. O Governo devia rever o diploma legal restritivo que limita a participação na direcção das Associações Militares, dos que exercem cargos de comando ou conselho, pois a sua aplicação instala um clima de desconfiança e menoriza os militares. É injusto, exagerado, afecta o moral e não contribui para umas FA que se querem modernas e eficazes.

[1] Procurei alertar para este problema no meu livro *O Átomo Persa*, Editora Prefácio, 2006.

[2] Como descrevi no meu livro *A Laranja Maculada*, editora Prefácio, 2009.

[3] Por exemplo, durante algum tempo, a Austrália e a Indonésia, em relação a Timor-Leste, nomeadamente por causa da exploração recursos petrolíferos e de gás natural ao largo da costa.

[4] Em síntese: Um ataque contra qualquer um dos Estados signatários é considerado um ataque contra todos esses Estados.

Autor

João Manuel V. P. Nobre de Carvalho
Contra-Almirante, na situação de Reforma

Fonte: Arquivo Histórico Militar

Geraldine, a Vivandeira

As invasões francesas constituíram um episódio marcante na nossa história e do qual ainda há bem pouco se comemorou o bicentenário.

Wellington – "estrategicamente ofensivo e tacticamente defensivo", no dizer de Clausewitz – alcandorou-se nos altos da serra do Bussaco e aí ocorreu, a 27 de Setembro de 1810, a maior – em extensão e em número de homens – batalha alguma vez travada no Portugal europeu.

Aqui se conta um verídico episódio, provando o que um cidadão – no caso, uma cidadã – pode fazer, ainda que anónimo, mas assumido e determinado, quando as circunstâncias o acicatam. Do nada pode sair o herói.

Dupont é o fiel criado de quarto do general Simon, seu mordomo e acompanhante desde as grandes batalhas de Wagram e Frideland e por isso bastante afeiçoado ao intrépido militar. Quando sabe poucas horas depois do início dos combates que seu amo é feito prisioneiro no Moinho de Sula, na linha da frente da batalha do Bussaco, resolve levar a sua dedicação mais longe decidindo acompanhar o desditoso amo no infortúnio das imaginadas grilhetas. Junta os acessórios quotidianos do general numa maleta e mete-se sem hesitações a caminho das linhas inimigas para se juntar ao amo e assim cumprir a missão para que estava contratado.

É por entre os destroçados homens de Loison, o Maneta, que se mete, cruzando com os sobreviventes, ultrapassando mortos e feridos espalhados pela encosta, encetando uma luta contra o terreno e contra a mala, um obstáculo precioso mas incomodo em tão insólita marcha. É assim entre os vencidos que descem a montanha que o intrépido Dupond faz o caminho contrário trepando por barrocas e penedos acenando constantemente com um lenço branco que segura na mão esquerda em sinal de neutralidade e paz. Avança sob um ou outro tiro dos ingleses que não percebem muito bem o que está a acontecer com o homenzinho desarmado que sobe a serra na sua direcção.

Quando a barreira a transpor é mais dura de roer, enfia o lenço no bolso da jaqueta que lhe desce até aos joelhos e puxa a mala com as duas mãos para facilitar a marcha, mas logo torna a empunhar o lenço branco num frenesim de gestos enquanto aparece aqui e desaparece acolá nas dobras e nas falhas do acidentado terreno.

Não estão longe as primeiras ruínas incandescentes do que foi a pequena aldeia de Sula, já as vai divisando acima da cabeça, bem como ao intenso fumo que delas sobe, porém, como que a contrariar as intenções do devoto servidor o tiroteio que desaba sobre ele redobra dum momento para o outro. É agora mais frequente e assustador. Nem a frente aliada se inibe de atirar sobre tudo o que mexe nem os desesperados gauleses que temerosos descem, deixam de se virar para trás pelo estalar dum tiro, alvejando instintivamente o desorientado mordomo a contas com uma tarefa que se vai agigantando à sua frente.

Uma ou outra bala silvam perto de si e depressa o fogo que sobre ele desaba atinge uma intensidade tal que tem de se refugiar. Agacha-se no recobro duma trincheira abandonada, deixando passar a fúria dos apontadores para continuar apalpando o terreno, mas por fim, exausto e convencido perante a fuzilaria que lhe cai em cima que não consegue cumprir a humanitária missão, senta-se numa fenda protectora da rocha e aguarda uma pequena trégua para voltar atrás. É o que faz aproveitando a primeira oportunidade, escapando assim milagrosamente ao tiroteio cerrado que o levaria ao suicídio. Rebolando em conjunto com a mala pelas ravinas, atinge o bom Dupond o lugar donde tinha partido, o comando da brigada do Maneta na encosta da Moura, abaixo do posto de comando francês e é sentado ao lado dos haveres do general que comenta e chora o sucedido. A sua incapacidade comove Geraldine, a Vivandeira do 26 de ligeiros que, embora não conhecendo o general Simon pessoalmente, se interessa pela história do criado e pelo infortúnio do patrão.

Cheia de coragem e voluntariedade, coisas que vem da força e do atrevimento dos 17 anos que espelha em sorrisos e beleza e talvez da afeição que nutre pelos homens em marcha, propõe-se ela própria levar os bens ao desafortunado oficial e dar-lhe nas prováveis masmorras, ainda que ambulantes, o seu apoio servil.

Lembremos que Vivandeira era quem, entre as mulheres que acompanhavam os exércitos da época, fornecia aos seus efectivos diversos bens fora do âmbito estritamente militar, negociava de forma simples e supostamente livre alguns haveres de consumo comum prestando ainda serviços vários às tropas em movimento.

Geraldine pede ao fiel Dupont a mala do general, puxa-a pela asa polida de tantos gastos e usanças em sucessivas campanhas, arrasta-a e perante o compulsivo choro do camarada ali lhe garante num efusivo abraço a entrega dos bens e a ajuda no que necessário seja. Que fique sossegado, segreda-lhe, fará o seu papel como se fosse o próprio mordomo em pessoa a acompanhar o amo. Tira da sua leve e exígua bagagem um amuleto prateado com que adorna o pescoço, um enorme lenço encarnado dos poucos adereços pessoais de sua posse e montando no velho jumento da cantina que serve, do 26 de ligeiros, põe-se a caminho outeiro abaixo, decididamente apostada em passar as linhas entre os dois exércitos e cumprir a promessa tão afectivamente jurada.

É ante os gritos de apoio e aplauso dos camaradas presentes que deixa a brigada puxando o jerico pela arreata para depressa atingir o fundo do abismo que separa as vertentes. Sobe-lhe então para o costado com a ajuda de soldados que descem em sentido inverso e continua já do outro lado da vertente a procurar o melhor caminho na direcção das linhas entre os dois exércitos. Escarranchada sobre o bicho, agita freneticamente o lenço enquanto segura a mala que vai roçando dum lado para o outro na pança do asno, pendurada por um improvisada tira de couro velho. O caminho, se assim se lhe pode chamar, rasga-se na vertente nordeste onde ainda se encontram restos da brigada Marchand em retirada entre posições avançadas postadas no terreno.

Quem desce do inferno da luta arregala os olhos, pasmados ante a soberba rapariga que acena o lenço bem alto acima da cabeça do animal e pergunta se vai pelo caminho certo. Sabe-se lá se há caminho, respondem alguns, mas outros, afoitos e agradados, sugerem à moça que não existe passagem, que se deixe de missões e volte atrás que eles próprios lhe farão muito melhor companhia. Inabalável, Geraldine enxota o burro com uma pancada nas nádegas e fá-lo trepar mais um talude que o empina como varola de feijões e quase a atira para fora da albarda, donde já desliza palha pela constância de buracos não cerzidos nas curvaturas do assento. Um pouco acima, entre leiras de carqueja e pedra que rola da serra, define algo que lhe

parecem fardos fumegantes e mais acima os contornos prováveis do moinho que procura. Confirma depois como Dupond, as fumegantes ruínas do lugar de Sula. São fantasmagóricos restos de palheiros ardendo lentamente, este fumo que precede as alturas e o limite das linhas do inimigo.

Caem-lhe dos ombros duas faixas de cabelos negros, sedosos e da face, queimada por horas e horas de sol ardente das planícies castelhanas à raia do Sabugal, algumas gotas de suor, mas corajosamente assume o medo e avança impulsionada por uma força interior indestrutível. Não sabe explicar o porquê da aventura nem a razão do gesto, apenas a faz mover o jeito da espontaneidade e a pureza das ideias. Levanta a cabeça segurando os freios para saltar dois troncos de carvalho que fazem a ponte sobre um regato seco e ajeita as ancas na acomodação aos lombos magros do asno. A mala quase cai, mas consegue apertar nas mãos a fita de couro e segura-a com firmeza.

Curiosamente o silêncio instala-se em redor. Não ouve um tiro, não escuta um disparo. Sobem-lhe temores à face ao contestar o facto e redobra simultaneamente o acenar do lenço encarnado, não vá uma bala perdida desmoronar-lhe a rota ou pegarem-na à mão em qualquer barranco antes do fim. Por encanto o silêncio sustenta-se. Sente-o nos ouvidos e arrepia-se-lhe a pele. Não há explicação para a mente enquanto o ágil corpo feminino se desdobra em passadas com olhos postos no alto. Agita-se na brisa a silhueta ajeitando os cabelos e sobra-lhe sensualidade nos seios atrevidos e erectos adivinhados a cada movimento. O rosto incógnito a mostrar os traços da juventude alia-se à serenidade com que avança levando o mundo em redor a um êxtase espontâneo que vai permitindo a caminhada. A ousadia, a simplicidade, a coragem, dão lugar a uma empírica trégua.

Das ruas da velha Paris à montaria inesperada no jumento do regimento, vai talvez uma infância precoce por contar. Um ciúme por dizer. Um amor por fazer. Mãos maternas por dar e vida por viver. Talvez o próprio rosto da revolução, liberdade, igualdade, fraternidade se espelhe de algum modo, simples e ingénuo no olhar e gestos da Vivandeira do 26 de Ligeiros e assim aquele sorriso fraterno atinge finalmente o cume e ultrapassa as fictícias linhas separadoras entre os combatentes.

Diz-se que dum lado e doutro dos contendores irrompe uma chuva de aplausos saudando o acontecimento, diz-se que ecoa por minutos sobre o dorso da serra do Bussaco um cântico de musas que faz calar a boca das carabinas ao atravessar a cumeada e do outro lado do Moinho de Sula Geraldine é acolhida de forma amigável e até entusiástica entre as forças anglo-lusas.

Não é grande a ferida do militar. Uma bala á queima-roupa trespassou-lhe os queixos e feriu-o de raspão, mas feito prisioneiro com as deferências devidas ao seu posto de general, foi depois conduzido ao hospital de sangue da Capela das Almas onde foi assistido por um cirurgião. Na transferência para o Convento, onde lhe foi cedida uma das celas ocupada por um oficial britânico surgiu Geraldine encavalitada no burro e acompanhada por uma pequena escolta encarregada de a fazer chegar a Simon.

Isto conta mais ou menos por palavras diversas o general Marbot, ajudante de campo de Massena, nas suas memórias ainda frescas sobre os factos, mas pode ficcionar-se com poucas dúvidas do tempo, que foram frei Gerónimo do Sacramento e o irmão Silvestre, acabados de chegar das suas deambulações pela serra ajudando feridos, que trataram da recepção ao insólito par, concretamente ao general, Geraldine, burro e mala, encarregando-se eles próprios, com a ajuda do moço Francisco, mais tarde irmão leigo do Mosteiro, da sua instalação na ala este, na humilde cela que fora pertença do irmão João Maria do Espírito Santo e depois do tenente Barnes que lha havia confiscado na sua chegada à Mata em 20 de Setembro. Isto no seguimento das ordens de Wellington sobre o aboletamento do prisioneiro depois de ter conhecimento da sua detenção e de lhe ter mandado cumprimentos pessoais.

Durou pouco esta estadia de Simon, agora assistido por Geraldine, ou pela mulher como relata Frei Silvestre em mais ingénua interpretação, na cela do Convento, pois no dia seguinte foram transferidos para Coimbra precedendo a retirada geral.

Acompanharam o exército anglo-luso até Redinha e Pombal e pouco antes de Leiria, por troca de mensagens entre os respectivos comandos foi feita a reposição da ordem com o criado Dupond a juntar-se ao amo, o general, enquanto Geraldine, montando no burro do 26 de ligeiros, atravessou em paz, agora em sentido contrário, todo o exército anglo luso, as primeiras colunas dos franceses e regressou sã e salva ao seu posto de Vivandeira no Regimento 26 do 2º corpo de Ney. Foi recebida entre aclamações e festejos e levada em triunfo ao próprio comandante.

Autor

Ferraz da Silva

Da Europa e da Paz

De acordo com a vontade de Alfred Nobel, o prémio Nobel da Paz deveria distinguir "a pessoa que tivesse feito a maior ou melhor acção pela fraternidade entre as nações, pela abolição e redução dos esforços de guerra e pela manutenção e promoção de tratados de paz". Ao contrário dos outros prémios Nobel, o Nobel da Paz pode ser atribuído a pessoas ou organizações que estejam envolvidas num processo de resolução de problemas, em vez de apenas distinguir aqueles que já atingiram os seus objetivos em alguma área específica. É, portanto, um prémio Nobel com características próprias.

Este ano esse prémio foi atribuído à União Europeia.

Muitas vozes, incluindo anteriores laureados e muitos euro-cépticos puseram em causa a escolha do Comité nomeado pelo Parlamento Europeu.

Essa posição revela, acima de tudo, falta de perspectiva. O prémio nunca foi tão bem entregue. Nenhuma organização ou pessoa conseguiu um impacto tão forte em nome da paz. Mas a contestação marca curiosamente, o extremo sucesso da construção europeia, apesar de todos os seus falhanços e percalços.

Na Europa tivemos 2500 anos de guerras ou sempre com a guerra como uma das soluções a ter em mente. Como tão bem resumiu Clausewitz na sua célebre fórmula "a Guerra é continuação da política por outros meios". A nível global, desde que há humanidade (e no reino animal a situação é idêntica), a "guerra" e/ou a morte sempre foram um dos caminhos para a resolução dos conflitos... mas hoje, na Europa, muitos de nós dão a paz como assegurada, só porque durante 60 anos tivemos o bom senso de pensar que todos os conflitos se podem resolver pela negociação pacífica....

Ou seja, a Construção Europeia não apenas nasceu como projecto de Paz – a ideia dos pais fundadores era a de que colocar a produção de Carvão e de Aço debaixo de uma instituição conjunta iria impedir o regresso à Guerra – assim nasceu a CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – em 1951, a percursora da Comunidade Económica Europeia, percursora da União Europeia que hoje foi galardoada.

Ora, o estudo da história Mundial, como nos diz René Raimond, centra-se na Europa não apenas porque aqui nasceu como disciplina, ou porque a maioria dos historiadores eram Europeus, mas porque a Europa funciona como Modelo. Ela funcionou como sede do poder mundial desde o século XVI à segunda Guerra, por aqui passando forçosamente todas as decisões cruciais sobre os destinos dos diversos povos e Continentes. Tão importante, a Europa é, desde os Gregos e Romanos, o grande centro de inovação política. Mesmo se olharmos o período do modelo caótico e do feudalismo, o modelo vigente na Europa foi quase sempre o modelo há muito seguido na Ásia, mormente na China. A excepção é a do

Federalismo e do Republicanismo Americano, mas esse descende directamente do modelo intelectual e cultural do velho Continente que serve, ainda hoje, como referência e modelo.

Hoje, mesmo em pleno século XXI, todos os povos que ganham consciência da sua própria identidade buscam o Estado nacional, claramente filho da cultura política e organizacional Europeia. Fazem-no, aliás, num tempo em que esses valores estão já em causa nos espaços que lhe deram origem e que em seu nome (preservação de valores do Estado, ainda que em grau mínimo) quase se estão a modificar/autodestruir. [aqui implícita está a noção de Estado Pós Moderno que aprofundaremos mais tarde, em pranchas futuras].

E, claro está, a Construção Europeia tem sido olhada como modelo pacífico de convivência internacional da América (Norte e Sul) ao Extremo Asiático, passando pelo Magrebe e pela África Austral. NAFTA, ASEAN, Mercosur e outras organizações são filhas da ideia de Construção Europeia. Todas de baseiam na mesma ideia: a de que a resolução de conflitos pode ser atingida por meios pacíficos.

A história da Europa, a tal que tem servido de matricial, é pois uma história de 2500 anos de guerras, ora com a tentativa de dominação de uns sobre os outros (Roma, o Império de Carlos V, a França de Napoleão ou a Alemanha de Hitler são exemplos), ora por guerras fraccionárias e fratricidas, como as guerras dos "bárbaros", as geras feudais ou as do século XVII, algumas guerras ultramarinas, a I Guerra Mundial... E 60 anos de Paz. Pôr em causa o sucesso Europeu e deste modelo construído em nome da Paz e da Pacificação do Continente, por todos os Estados e Povos que a ela se têm juntado, é dar por assumido o seu resultado: a Paz está de tal maneira assumida, que nos esquecemos que ela têm de ser assegurada todos os dias, por todos e cada um de nós, e que tem um custo e exige esforço e atenção.

Mesmo com todos os seus defeitos, a União Europeia é a primeira organização a trazer paz duradoura e sustentável ao continente, e a servir de exemplo para outras partes do mundo. Muitas são as conquistas que permitem explicar o sucesso do modelo pacífico durante 60 anos, mas um nos parece abrir as portas do futuro: o programa Erasmus, criador de uma geração que, vivendo em diversos países, terá bem mais dificuldade em conceber a Guerra como solução.

Por isso, e cito: «Virá um dia em que todas as nações do continente, sem perderem a sua qualidade distintiva e a sua gloriosa individualidade, se fundirão estreitamente numa unidade superior e constituirão a fraternidade europeia. Virá um dia em que não haverá outros campos de batalha para além dos mercados abrindose às ideias. Virá um dia em que as balas e as bombas serão substituídas pelos VOTOS». Victor Hugo proferiu estas proféticas palavras em 1849...

Em 9 de Maio de 1950, apenas 5 anos após o dia da vitória – rendição Alemã – da ideia democrática sobre a totalitária, Robert Schuman apresentou uma proposta de criação de uma Europa organizada, requisito indispensável para a manutenção de relações pacíficas. Hoje, pode ler-se no website Europa, com a terminação EU (european UNION!):

«Em 9 de Maio de 1950, Robert Schuman apresentou uma proposta de criação de uma Europa organizada, requisito indispensável para a manutenção de relações pacíficas.

Esta proposta, conhecida como "Declaração Schuman", é considerada o começo da criação do que é hoje a União Europeia. Jean Monnet o homem por detrás da ideia, é considerado o outro pai da construção Europeia. A eles devem milhares de homens e mulheres, deste continente e não só, a Paz e a prosperidade que neste continente se tem vivido nos últimos quase 70 anos.

Por ter nascido, se ter desenvolvido sempre, e para mais continuar a resultar como projecto de Paz – a ponto dos seus cidadãos terem dificuldade em conceber a guerra e verem a paz como "natural", a União Europeia, mais do que qualquer outra pessoa singular ou colectiva, merece este Prémio Nobel da Paz, no espírito de Alfred Nobel.

Autor

Luís Pedro Santos Maia
Vogal da Direcção
Sócio n.º 673/99

Empresas e Instituições amigas da AACDN

José Xavier Mouzinho da Silveira

O edificador do Estado Liberal

José Xavier Mouzinho da Silveira (1780-1849) personificou a implantação do liberalismo em Portugal. Formado em Direito, cedo se notabilizou enquanto administrador-delegado das alfândegas, no combate aos entraves que estas representavam ao comércio colonial.
Mouzinho da Silveira teve um fervoroso papel de defensor de um novo modelo da Administração Pública, que previsse a especialização de funções e a independência dos órgãos. Na época que antecedeu as reformas liberais "não havia Administração Pública, mas tão-só jurisdição, dadas as funções mistas dos diferentes órgãos"[1].
Foi este conceito de "mera jurisdição" de atuação da administração pública vigente no regime absolutista (sem distinção das funções legislativas, judicias e executivas) que motivou a crítica e conflitos contínuos com a nobreza, e muito particularmente com o regime de D. Miguel I.
A magistratura já era, então, um eixo fundamental da administração central do Antigo Regime. Todavia o acesso à magistratura estava vedado à burguesia. Ao nível da jurisdição municipal, Mouzinho também denunciava o domínio da nobreza, por deter a exclusividade dos três lugares de vereador, podendo a burguesia apenas aspirar ao cargo de Procurador.

História política

Mouzinho assumiu a pasta da Fazenda, a convite de D. João VI, mas teve de se exilar quando D. Miguel chega ao poder, já após dois anos de uma primeira detenção ordenada por este. No exílio, em Paris, estudou ciência política e manteve uma forte atividade intelectual, invariavelmente sobre a administração do seu País.
Em 1832 Mouzinho junta-se à comitiva de D. Pedro IV e passa a liderar os Ministérios da Fazenda e da Justiça. Mas logo em 1833 incompatibilizou-se com outros liberais e membros do Governo, voltando a exilar-se em Paris, voltando a regressar a Portugal no final da guerra civil (1832-1834).
Após este período de guerra, e de volta ao governo da Nação, Mouzinho da Silveira conseguiu dar continuidade ao trabalho iniciado em 1832, consolidando uma avalanche de diplomas nas áreas económica, social e política, consagrando a materialização do liberalismo.

Ação Política

Com um edifício legislativo numa orientação *top-down*, bastante completo e integrado, as reformas de Mouzinho da Silveira incluíram a abolição de pequenos vínculos (morgadios e capelas), a redução e extinção de sisas, extinção dos forais e a reforma da Administração Pública.
No que toca à reforma da Administração Pública em particular, em três únicos diplomas Mouzinho legislou nos respetivos três pilares, que considerava estruturais:

Independentemente das conhecidas motivações ideológicas, políticas e até religiosas, e que contribuíram para a construção do seu pensamento, Mouzinho da Silveira foi um crítico do poder centralizado

1. Reforma administrativa: estabeleceu a divisão do território em províncias, comarcas e concelhos, seguindo a matriz da administração francesa.
2. Reforma financeira: centralizou no Estado a competência exclusiva de coleta de impostos, redefiniu o Ministério da Fazenda, regulamentou as Alfândegas e criou o Tribunal dado Tesouro Público.
3. Reforma judicial: criou as divisões judiciais, definição dos graus da magistratura e regulamentação dos Tribunais.

Não obstante a permanente agitação social e política que assolou Portugal até à Regeneração, Mouzinho da Silveira teve um papel estruturante e determinante para o futuro da nação, ainda que fosse contestado na altura, por todos os interesses abalados, mesmo de alguns liberais. Após a sua saída, a edificação legislativa (de nível mais operativo) foi continuada por Joaquim António de Aguiar.

Erros Cometidos

E este papel está acima de erros e injustiças que hajam sido por si cometidos, desde logo com a Maia, que se viu despojada de grande parte da sua área, após a Guerra Civil (1832-1832), por influência de todos os concelhos vizinhos.
Recorde-se que, tendo sido um dos principais palcos da luta que opôs liberais e absolutistas, foi mesmo na Maia (Pampelido[2]) que, em 1832, desembarcou D. Pedro, primeiro Imperador do Brasil.
Todavia, mesmo enquanto símbolo da luta contra os absolutistas e terra de gente com papel preponderante no desfecho da guerra civil, Mouzinho não infletiu na sua determinação de obrigar o concelho da Maia a "ceder" parte da sua área aos concelhos contíguos.

Bases do Pensamento

Mouzinho da Silveira defendeu para Portugal, um modelo de Estado tal-qual defendido por Adam Smith (1723-1790), em *The Theory of Moral Sentiment*, ainda dezassete anos antes da sua obra-prima *The Wealth of The Nations*.
Adams, tal como Mouzinho, defendia uma dupla função do novo modelo de Estado (conceito de "Estado-Nação"): por um lado, a manutenção da ordem social vigente e, por outro lado, a transformação da sociedade em momentos históricos excecionais, com recurso à inovação.
Este modelo de desenvolvimento baseado em ciclos de controlo-rutura-controlo, é hoje adotado por inúmeros gestores de empresas, *marketeers* políticos, académicos e pessoas ligadas ao desenvolvimento pessoal.
Este pensamento-ação faz um paralelo com teorias contemporâneas, como o conceito dos *momentos de inflexão estratégica* (Andrew Grove) ou da *vantagem competitiva da mudança* (Michael Porter).
A particular injustiça sobre a Terra e a Gente da Maia, acima relatada, reforça o pensamento de que "Na história não há heróis nem vilões: apenas factos circunstanciados que, de alguma forma, alteraram o rumo dos acontecimentos".
Independentemente das conhecidas motivações ideológicas, políticas e até religiosas, e que contribuíram para a construção do seu pensamento, Mouzinho da Silveira foi um crítico do poder centralizado. Apesar disso, e sem que constitua paradoxo à luz de atingir metas intermédias do processo global da reforma, chegou a legislar, pontualmente, com orientação centralizadora em diplomas específicos[3].

Epílogo

Como qualquer reformista persistente nos seus ideais, teve de ser a história a julgar o mérito e valor ao seu trabalho, pois à época, foi contestado até pelos seus pares. Mas foi talvez este mesmo alheamento do julgamento "que da morte o poderia libertar", que o tornou num político-estadista de referência.

[1] Mouzinho da Silveira, em fragmentos de estudo sobre Portugal, escrito em 1829, no exílio (Paris).
[2] Na época Pampelido pertencia à Maia, que se estendia até à margem esquerda do Rio Ave. Mouzinho da Silveira retirou da Maia, terras para o Porto, Matosinhos, Valongo, Vila do Conde, Santo Tirso e Gondomar.
[3] Como é o caso do decreto datado de 1832 (nº 23, de 16 de Maio) decalcado do espírito e das bases da administração napoleónica.

Autor

António Bragança Fernandes
Sócio n.º 1042/12

Cidadania e Impostos

O artigo 103.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) dispõe que o *"sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza"*. Por outras palavras, entendeu o legislador constitucional que o financiamento estatal deve assentar, essencialmente, nas receitas fiscais cobradas às pessoas singulares e às empresas, tendo ainda os impostos uma função redistribuidora da riqueza. Outra não podia ser, aliás, a ideia constitucional uma vez que Portugal não dispõe de outras fontes de riqueza relevantes para o Estado, nomeadamente através da exploração de recursos naturais. Independentemente da necessidade de contínua busca dessas fontes alternativas de financiamento, à míngua das mesmas, é incontornável o papel que os impostos – aqui tomados num sentido lato, abarcando também as receitas das taxas e das contribuições para a segurança social – assumem nos tempos que correm.

Assim, numa época em que aos cidadãos são exigidos enormes esforços com vista a tirar o país da gravíssima situação financeira em que se encontra, o que implicou um inevitável e acentuado aumento de impostos – com uma dimensão nunca antes vista no período pós-25 de Abril – afigura-se oportuno analisarmos se os deveres de cidadania são compatíveis com o elevado grau de encargos fiscais que são aplicados aos contribuintes, directa e indirectamente. Melhor enunciando a questão que nos ocupará, cumpre reflectir sobre quais os limites de tolerância cidadã até aos quais o Estado pode exigir tamanhos sacrifícios e que condicionalismos às politicas fiscais devem ser observados.

E, se por um lado, vemos que a Constituição não estipula um limite quantitativo expresso até ao qual o grau de sacrifício fiscal pode ir, por outro, verificamos que o

referido artigo 103.º impõe que o financiamento do Estado se faça pelas receitas fiscais – não abrindo qualquer excepção. Ora, se as necessidades de financiamento são efectivamente maiores, então seria, à partida, razoável entender que aos cidadãos pode ser exigido um esforço proporcional às mesmas. Não entendemos que assim possa ser, porém. Isto porque por detrás destas necessidades de financiamento existe o reflexo de opções estruturais, tomadas pelos sucessivos governos, ao longo de décadas – e aqui tomamos como exemplo a politica relativa à segurança social, que é paradigmático – às quais os cidadãos, apesar de chamados a eleger os seus representantes junto dos órgãos de soberania, na prática foram alheios, pois pouco ou nada poderiam fazer para alterar o rumo das coisas. A este propósito cumpre perguntar que esclarecimentos lhes foram dados ao longo destas décadas? E que alternativas aos modelos vigentes lhes foram seriamente apresentadas? Na verdade, se os mesmos não estavam verdadeiramente alerta para os problemas, será legítimo esperar que, através do exercício do direito de voto, tivessem conseguido alterar com eficácia o rumo das coisas? A resposta parece-nos negativa. Mas mesmo assim sendo, alguém tem de pagar a factura dessas opções... e terá de o fazer a todo o preço, sem limites? Mais uma vez, a resposta parece-nos ser negativa. De facto, a Constituição impõe que sejam os impostos a financiar o sistema fiscal e, portanto, a pagar as dívidas do Estado, mas também impõe que aos cidadãos sejam garantidos os patamares mínimos de dignidade, em todas as vertentes da sua vida, estabelecendo ainda o direito à propriedade privada, ou seja, assumindo que os mesmos têm direitos sobre a riqueza que geram.

Pensamos, portanto, que a solução estará no equilíbrio – difícil de conseguir, bem entendido – entre aquilo que se pode esperar do Estado e aquilo que estamos dispostos a pagar por isso, numa lógica "custo-benefício". Note-se que as necessidades fiscais têm vindo a aumentar e espera-se que continuem nesse sentido, também por via da necessidade de financiamento dos mecanismos de apoio social existentes, nomeadamente os inerentes à protecção em situações de desemprego. A escolha que aqui se impõe é, pois, a de saber se o Estado deve apostar na diminuição dos custos com os referidos mecanismos de apoio social (diminuição de prazos, valores dos apoios, etc.) – fórmula essa que tem vindo a ser a aplicada – ou, em alternativa, a de dinamizar políticas geradoras de emprego (que, apesar de propaladas, pouco ou nenhum efeito têm surtido, como demonstra o agravamento acentuado da taxa de desemprego).

É ponto assente que uma política coerente de desenvolvimento económico permite um incremento das receitas fiscais, directas e indirectas, por via do aumento da riqueza e, portanto, das fontes a tributar, como também uma diminuição das necessidades de financiamento dos mecanismos de apoio social, por via da diminuição do desemprego. Mas como alcançar este difícil equilíbrio? Provavelmente não será alcançável sem antes discutirmos a fundo a concepção do modelo de Estado Social que pretendemos. Importa efectivamente apurar, por via de uma profunda reflexão nacional, qual o patamar máximo de fiscalidade que permita um desenvolvimento saudável da economia, no respeito pelo modelo social que os portugueses legitimamente ambicionem. Assim não sendo, os riscos de efeitos perniciosos da excessiva carga fiscal sobre a economia serão maiores, sem uma percepção clara da relação custo-benefício, por parte dos cidadãos contribuintes.

Na verdade, seria expectável que muitos de nós não negaríamos um modelo que comportasse níveis de tributação mais elevados, como sucede por exemplo nos países nórdicos, desde que as contrapartidas estatais fossem, para a generalidade dos cidadãos, proporcionalmente maiores. Mas o que vivemos, é um aumento da carga fiscal para níveis semelhantes aos países que preconizam este tipo de modelo, com tributação do rendimento superior a 50%, sem a inerente contrapartida (porque apenas estamos a procurar pagar a falência do modelo assumido até agora). Os portugueses estarão certamente cientes, ou facilmente compreenderão, que não podem desejar um modelo social típico do norte da Europa, com um sistema fiscal do sul da Europa. Acresce que o comum do cidadão não tem qualquer percepção – por via da complexidade do sistema fiscal, por falta de esclarecimento por parte dos agentes de opinião e dos próprios políticos e governantes – nem de "quem paga" efectivamente, de "qual o destino" das receitas e de "qual a contrapartida" expectável para os mesmos.

Em conclusão, a resposta ao tema passará, a nosso ver, por aliar a discussão de qual o sistema fiscal adequado para o futuro próximo à discussão de qual o modelo de Estado Social que queremos adoptar. Um e outro estão interligados e são pilares fundamentais daquilo que seremos, enquanto país, nas próximas décadas. Negar a discussão do modelo de Estado Social que pretendemos, nesta fase, será fatal, pois implicará que todas as opções fiscais, financeiras e económicas sejam feitas à margem daquilo que realmente determinará as necessidades do Estado. Certo é, porém, que seja qual for o modelo, o mesmo não poderá negar os direitos à vida digna e de acordo com a riqueza gerada, ou seja, não admitindo patamares injustificados de tributação como aqueles aos quais nos aproximamos ou... onde já estamos.

Autor

Rogério Fernandes
Gestor
Auditor do Curso de Defesa Nacional
2012/2013

In Memoriam

Major Marques Júnior

Falar de Marques Júnior, parecendo fácil porque o conheci bem e foi (sou) seu grande amigo, é para mim de uma enorme dificuldade.
Porquê? Precisamente porque a grande amizade e consideração que tínhamos um pelo outro, torna difícil encarar o seu falecimento com naturalidade, sem que uma enorme emoção se apodere de mim.
Mas, como não posso fugir a isso, vou alinhar, como terei de fazer noutros lugares e condições, umas palavras sobre ele.
Conheci-o em 1973, no início da conspiração que nos levaria ao 25 de Abril de 1974.
Sendo eu um antigo capitão, de imediato me apercebi da enorme firmeza de convicções, da grande capacidade de liderança – que fazia com que os muitos oficiais da sua unidade, a Escola Prática de Infantaria, se sentissem representados por ele – que o jovem tenente possuía.
Essas características viriam a fazer com que fosse escolhido, na reunião de 1 de Dezembro de 1973 em Óbidos, para a Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães. Em cada Arma era necessário que estivesse um oficial da respectiva Escola Prática e, na de Infantaria, sintomaticamente a unidade com mais representantes no Movimento, foi o Marques Júnior o escolhido. Juntando-se, então, ao major Vítor Alves e ao capitão Vasco Lourenço.
Como coordenador da ligação e responsável pela área operacional, tive sempre toda a colaboração do Marques Júnior, que aproveitaria a própria lua-de-mel para distribuir a Ordem de Operações por algumas unidades, no âmbito da sua actividade de ligação (já sem mim na sua coordenação, dada a minha transferência compulsiva para Ponta Delgada).
Depois do 25 de Abril, Marques Júnior, fazendo uso da sua capacidade de estabelecer pontes e da sua tentativa de só aceitar as rupturas, quando não havia outras saídas, foi um extraordinário elemento congregador das várias tendências e facções que se criaram no seio do MFA. Nomeadamente, no seio do Conselho da Revolução, órgão que integrou durante toda a vivência do mesmo.
Terminado o período de transição, com a extinção deste órgão de soberania, após uma pequena (re)passagem pela vida militar, decidiu-se pelo envolvimento na vida política, como deputado na Assembleia da República.
Fê-lo no âmbito de dois partidos políticos, o PRD e o PS.
Em ambos granjeou enorme prestígio, pela acção desenvolvida, e pela coerência das suas posições e atitudes.
Com efeito, nunca descurando a sua ligação às Forças Armadas e às questões de Defesa Nacional, Marques Júnior manteve-se permanentemente fiel aos valores que, como jovem tenente do Exército, o levaram a envolver-se na acção fundadora da Democracia e do Estado de Direito em Portugal, com enormes reflexos em muitos outros países deste mundo cão em que vivemos: a Liberdade, a Democracia, a Justiça Social, a Solidariedade, a Paz, a igualdade de oportunidades, etc.
Homem íntegro, amigo dos seus amigos, humilde (às vezes, em exagero), Marques Júnior deixou um vazio que não é fácil de preencher.
Como não será fácil de preencher o lugar que vagou, na última missão que teve em vida e que o transformou no maior obstáculo a que os Serviços de Informação da República Portuguesa fossem desvirtuados e utilizados por pessoas e por forças que, na ausência de ética e de escrúpulos, não hesitam em utilizar o poder a que têm acesso, mesmo que temporariamente, em benefício próprio, ainda que com prejuízo do colectivo, que é a sociedade portuguesa.
A minha homenagem a um Homem livre, a um Homem justo, a um português de corpo inteiro, a um Amigo, com enorme saudade, um grande, grande abraço.

Vasco Lourenço. Sócio n.º 5/81

Albano Nogueira Fernandes

Auditor do CDN88.
Faleceu a 9 de Janeiro, no Hospital da Força Aérea o Coronel Piloto Aviador Albano Nogueira Fernandes que foi auditor do Curso de Defesa Nacional em 1988/1989. Nascido a 10 de Setembro de 1940, frequentou o Curso dos liceus no Liceu Nacional de Viseu e a Academia Militar tendo ingressado na Força Aérea Portuguesa em 1964
Fez duas comissões de serviço no ex-ultramar Português e comandou o Depósito de Material Aeronáutico em Alverca.
Foi Adido Militar (Força Aérea) em Londres.
Desempenhou o cargo de Diretor do Museu do Ar onde dinamizou o projeto GAMA (Grupo de Amigos do Museu do AR)

Jorge do Carmo Simões

Presidente da Direção da AACDN em 1989
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AACDN em 1990
Em 7 de Dezembro do ano findo faleceu, no Hospital dos Lusíadas, em Lisboa, o Dr. Jorge do Carmo Simões. Nascido em Quelimane, Moçambique, em 24 de Junho de 1933, era licenciado em Finanças pelo Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, tendo sido Auditor do Curso de Defesa Nacional de 1988/89.
Foi Diretor Geral de Recursos Humanos da Philips Portuguesa SARL representando esta na Associação Nacional dos Industriais de Material Elétrico e Eletrónico de que foi membro da direção de 1981 a 1999.
Presidiu à Assembleia Geral da Associação Nacional dos Industriais de Material Elétrico e Eletrónico de 1978 a 1980.
Foi ainda Administrador do Centro de Formação Protocolar da Indústria Eletrónica desde 1985 a 2000.
Foi também Administrador-Delegado da Lithoformas Portugal.
Na Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional exerceu os cargos de Presidente da Direção em 1989 e Presidente da Assembleia Geral no ano de 1990. Como presidente da Direção, organizou uma Conferências, com oradores internacionais, para comemorar os 40 anos da NATO.
Era casado com a Dra. Georgette Simões igualmente Auditora dos Cursos de Defesa Nacional

Actualidades & Acontecimentos

Apresentação do C.M.G. Marcio Bonifácio Moraes como representante da ADESG junto da AACDN

No dia 19 de Novembro de 2012, pelas 16H00 (locais) apresentou-se na Sede da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN) – em Lisboa, o Senhor Capitão-de-mar-e-guerra (da Marinha do BRASIL), MARCIO BONIFÁCIO MORAES, por ter sido nomeado pela Presidência da ADESG como Representante da ADESG junto da AACDN.

Cumpridas as formalidades do ACTO, pudemos conversar dando cabimento a uma troca de experiências vividas e delas retirar ensinamentos.

Ficámos muito bem impressionados com o Senhor C.M.G. Marcio Moraes e temos a certeza de que a cooperação entre as Nossas Instituições será assegurada com a sua acção enquanto Representante da ADESG.

Consideramos que as nossas Instituições terão que ser vivas e actuantes e, por isso e para isso torna-se necessário promover estudos e actividades (consequentes) de temas e questões actuais e de interesse para o Brasil e para Portugal.

O Protocolo de Acordo assinado pelas Presidências da ADESG e da AACDN, em 3 de Junho de 2001, é constituído por "considerandos e cláusulas" que consideramos actuais e com implementação possível.

Teremos de dar corpo ao protocolo assinado.

O ACTO agora vivido poderá ser um "sinal" para ir em frente.

Posse do Conselho Diretivo da AACDN na Madeira

No dia 25 de Fevereiro de 2013, com a presença do Presidente da Direção da AACDN Tenente-General Frutuoso Pires Mateus, decorreu, no Funchal, a tomada de posse do Conselho Directivo da Delegação Regional da Madeira presidida pelo Dr. Eduardo António Brazão de Castro, tendo como vogais o Dr. António Jorge de Castro Pestana e o Dr. Carlos Alberto Rodrigues.

A cerimónia decorreu no Centro de Juventude e contou com a presença do Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Cunha e Silva, do Major-General Marco Serronha, Comandante Operacional da Madeira e do Secretário Regional de Educação, Dr. Jaime Freitas. De entre os convidados constavam Oficiais em serviço na Zona Militar da Madeira, no Comando Operacional, na Zona Marítima da Madeira, bem como o Comandante da GNR, o Diretor do SIS e o Diretor do SEF, outras Entidades e Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

O Presidente da Direção da AACDN na sua intervenção realçou: "... a nossa Associação, com as valências de que dispõe, concretizadas pelo conjunto de especialistas que

foi incorporando, tem de sentir especiais responsabilidades na divulgação pública daquilo que é a Segurança e a Defesa Nacional colocando, para isso, todo o seu saber ao serviço de Portugal".

O Presidente do Conselho Diretivo da Delegação abordou os conceitos de Segurança e Defesa e realçou que a Delegação promoverá conferências e debates e que será dada uma particular atenção a ações destinadas aos jovens.

O Presidente do Conselho Diretivo da
Delegação Regional da AACDN, na Madeira
Eduardo Brazão de Castro

Assembleia Geral Ordinária

No dia 06 de Março de 2013, no IDN, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da AACDN, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto UM – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano de 2012.

Ponto DOIS – Apresentação, discussão e votação dos Planos de Actividades e Gestão Financeira para o ano de 2013.

Ponto TRÊS – Outros assuntos.

Formalmente aberta a Sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, General Amadeu Garcia dos Santos, às vinte e uma horas e depois de lida a Ordem de Trabalhos, a mesma foi aprovada.
A Assembleia dispensou a leitura da Acta da última Assembleia Geral Ordinária e, de imediato, entrou-se no Ponto Um da Ordem de Trabalhos.
Apresentado e discutido o Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano de 2012, o mesmo foi aprovado por unanimidade da Assembleia, após a leitura do Parecer do Conselho Fiscal.
O Plano de Actividades para o Ano de 2013 foi apresentado pelo Presidente da Direcção que de seguida deu a palavra ao Tesoureiro para "em termos de gestão financeira" dizer à Assembleia como e com que meios se prevê cumprir aquele Plano. O Presidente solicitou a aprovação mas, perguntou se havia dúvidas ou esclarecimentos a prestar.
Da discussão que se seguiu, clarificaram-se pontos de vista e explicitaram-se acções e modos de agir para levar a bom porto as Acções da AACDN no Ano de 2013.

Das actividades a levar a efeito, sobressaem o CONGRESSO – 2013, a Viagem Anual e a publicação do Boletim Cidadania e Defesa.
Chamada a Assembleia para votação, o Plano de Actividades e Gestão Financeira para o ano de 2013 foi aprovado por unanimidade.
Entrando no Ponto Três da Ordem de Trabalhos a Direcção apresentou, nos termos previstos nos Estatutos da AACDN, as propostas para a ratificação da admissão e readmissão de sócios e a aprovação para Sócios HONORÁRIOS de duas Personalidades.
As propostas foram aprovadas por unanimidade.
As Personalidades propostas para Sócios Honorários são:

- General Luís Evangelista Esteves de Araújo
- Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes

A Direcção informou, depois, acerca da relação de Sócios que solicitaram (por motivos diversos) a demissão ou suspensão de associados.
O Presidente do Conselho Directivo da Delegação Centro da AACDN, ainda no âmbito deste Ponto da Ordem de Trabalhos "levantou" a questão dos limites geográficos das Delegações Regionais em contraponto com a residência dos Auditores/Sócios da AACDN. Ficou claro que a "questão geográfica" não se coloca e que a conjugação do Regulamento das Delegações com a vontade dos Auditores/Sócios definirá quem "pertence" a cada Delegação... sendo certo que TODOS PERTENCEM À AACDN, independentemente da "geografia" e da residência.
E ... com um ambiente realmente saudável, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos.

AACDN, 6 de Março de 2013

É preciso formar Cidadãos úteis à Pátria...

CONSIDERAÇÕES (extractos)

As notícias que durante as últimas semanas de Março apareceram nos jornais e nos canais de televisão sobre a reestruturação dos estabelecimentos militares de ensino mereceram-me algumas considerações que gostava de partilhar.

...

A tão propalada fusão entre o Colégio Militar (CM) e o Instituto de Odivelas (IO) está a revelar os seus contornos. Como já se adivinhava, de fusão nada vai ter.

...

O IO extingue-se. O CM aumenta a sua oferta formativa ao 1º. Ciclo, abre as portas a raparigas e estende o regime de frequência ao semi-internato. Do IO restarão memórias. O CM basicamente continuará na mesma, mas mais polivalente.

...

A decisão de não incluir o Instituto dos Pupilos do Exército (IPE) na "fusão" anterior é uma decisão com bom senso. O IPE tem especificidades e utilidades para o Exército únicas, pelo que essa "fusão" era impossível.

...

Parte do caminho que o CM vai agora tentar trilhar com alunas e semi-internato, já o IPE começou a trilhar há muitos anos com o sucesso conhecido.

O Exército quererá aplicar no CM a lição aprendida com a experiência do IPE.

Num passado recente do CM, já houve uma tentativa de integrar alunos semi-internos, mas por razões que não vêm agora ao caso, a experiência não passou disso mesmo. E desta vez, como irá correr?

....

Verificámos que as notícias que têm sido publicadas são muitas vezes inquinadas com números sobre os custos por aluno nestes estabelecimentos. Periodicamente é um assunto que vem à baila, ao qual se seguem um conjunto de desmentidos públicos sobre a natureza falsa e distorcida dessas informações. Passados uns dias, voltam os números iniciais, manipuladores duma verdade... que se procura espelhada na comunicação social, mas que se não encontra.

...

Que maneira é esta de fazer jornalismo? Que politica de ensino se pretende?

Quem estará por trás da publicação recorrente de números que levam a opinião pública a retirar conclusões falsas?

A quem interessa a mentira?

...

O projecto educativo que há vários anos – em boa hora, diria – foi idealizado, focando-se numa vertente técnico-profissional na área das tecnologias, permitiu a conquista, ou a reconquista, de um espaço próprio que agora se afigura vital.

....

Mas a história não acaba aqui. Não, há ainda muito caminho por percorrer.

....

"Filhos de Portugal, saudemos a alvorada..."
"Ao Estudo e ao Trabalho producente..."
"Querer é Poder"

Rui Santos Vargas
AA 19810132

Estava o Instituto de Odivelas em sossego... ensinando e formando!!!

O Instituto de Odivelas tem 113 anos de idade. A liberdade de aprender e de ensinar numa escola única no panorama nacional só pode trazer orgulho aos portugueses, não por ser uma "escola de elites", como se quer fazer crer, por manifesto preconceito, evidente desconhecimento ou, como agora se afirma, por declarada insensibilidade social e... histórica e doentia capacidade de decidir sobre aquilo que não se conhece.

Quem, num País livre de matriz europeia na área da cultura, ousaria extinguir uma instituição escolar secular? E, para mais ainda, vivendo harmoniosamente num edifício de origem gótica como é o Mosteiro de Odivelas, que conta com mais de 700 anos de história, e que se encontra primorosamente bem conservado pelo utente. É todo um património educacional, histórico e monumental que está em perigo. Parece que quem decide não conhece e não se preocupa com esta realidade.

"O Instituto é um estabelecimento de largo futuro e bem merece a protecção de todos os militares e poderes públicos". Estas palavras foram escritas em Março de... 1903. Palavras premonitórias, oportunas e sábias.

E, concluindo, tal como outros "monumentos" entregues (não se sabe – ou soube – a quem) pelos políticos de profissão (como o Forte de Elvas, por exemplo) esta jóia será uma ruína... e consumado um crime com autores e sem julgamento.

VIVA O INSTITUTO DE ODIVELAS!!! ENSINANDO E FORMANDO!!!

Frutuoso Pires Mateus
Engenheiro Militar

DESDE 1984

Com mais de 28 anos ao seu serviço, a LASI marca presença de destaque no panorama Militar e de Segurança Português. Somos uma empresa Nacional, habilitada e certificada pelas Autoridades competentes e dispomos de uma equipa multidisciplinar preparada para responder às mais exigentes solicitações. Desenvolvemos soluções dinâmicas e sustentáveis.

Apresentamos um serviço amplo e abrangente de Consultadoria, Assistência Técnica, Manutenção, Aluguer e Comercialização de Sistemas e Equipamentos, destacando-se como principais áreas:

- Aeronautica e Páraquedismo
- Alojamento e Subsistência
- NRBQ - Nuclear, Radiológico, Biológico E Químico
- Combate a Incêncios
- Software Militar e Hardware Robustecido
- Comunicações e Electrónica Militar
- EOD, IED e Desminagem
- Equipamento Táctico
- Equipamentos de Controlo Anti-Motim
- Equipamentos Maritimos
- Hospitais de Campanha e Equipamentos Hospitalares
- Inteligencia e Contra-Medidas
- Investigação Criminal
- Munições e Pirotécnicos
- Optrónica, Sistemas de Vigilância e Observação
- Protecção Pessoal
- Sistemas de Simulação, Comando e Controlo
- Sistemas de Teste e Medida
- Tratamento e Armazenamento de Águas
- UAV's, ROV's e Robots
- Viaturas Blindadas, Viaturas Especiais e Anti-Motim
- Vigilância e Protecção de Perimetro

VISITE A NOSSA LOJA E DESCUBRA UMA VASTA GAMA DE PRODUTOS DOS QUAIS DESTACAMOS O RECEM CHEGADO SPRAY DE GÁS PIMENTA TW 1000

www.lasi.pt - geral@lasi.pt - tel.: +351 214389410 - fax: +351 214380592
Rua Bento de Jesus Caraça 5 A-B, 2730-027, Tercena, Barcarena, Portugal

1 de cada vez

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho nasceu em 28 de Junho de 1935, em Lagos. É casado com Maria Teresa de Jesus da Silva do Rio Carvalho e têm dois filhos e cinco netos.

Após o Curso de liceu no Colégio Militar entrou para a Escola do Exército em 1952 onde frequentou o Curso de Infantaria.

Já como Oficial Subalterno prestou serviço no Regimento de Infantaria 2, em Abrantes que, mais tarde, como Coronel, viria a Comandar.

Desempenhou funções de Instrutor, Comandante de Companhia e Chefe dos Serviços Culturais da Academia Militar, foi 2.º Comandante da Escola de Formação de Sargentos (no período em que esteve sediada em Lamego) e Comandante do Corpo de Alunos, Subdirector e Director Interino do Colégio Militar.

Foi Assessor no Ministério da Administração Interna, Assessor no Instituto da Defesa Nacional e Director do "Jornal do Exército".

Cumpriu 4 comissões no Ultramar em Comandos Operacionais, 3 em Angola e 1 em Moçambique.

Frequentou o Curso Complementar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, o Curso de Defesa Nacional e o Curso Superior de Comando e Direcção no então Instituto de Altos Estudos Militares.

Tem artigos publicados na Imprensa Militar Portuguesa e Brasileira e proferiu conferências em Instituições Nacionais e Estrangeiras.

É Sócio Efectivo da "Revista Militar" de cuja Direcção foi Vogal durante alguns anos.

Foi igualmente Vogal da Direcção da "Associação dos Militares na Reserva e na Reforma" em vários mandatos.

Foi Vogal da Direcção da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional em duas Direcções (1990/1991 e 1992/1993) de cujo entusiasmo e profícuo trabalho guarda as melhores recordações.

É Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar, tendo feito parte de algumas Direcções.

Actualmente, já na situação de Reforma colabora, no âmbito da "Comissão de Estudos das Campanhas de África", inserida na Direcção de Documentação e História Militar do Estado-Maior do Exército, na colaboração do livro "Moçambique – Operações 1964-1975" incluído na colecção "Resenha Histórica das Campanhas de África" editado por aquela Direcção.

Considera o Associativismo uma forma elevada de cidadania cada vez mais necessária na Sociedade actual, o que explica a sua ligação a variadas Associações.

Interessa-se, particularmente, por assuntos Sociopolíticos e Históricos.

Temos à nossa frente um HOMEM, um CIDADÃO para quem o SER está à frente do TER, que sabe ESTAR e dizer PRESENTE para ser útil aos outros. A ÉTICA e a cultura dos VALORES fazem parte do seu modo de agir perante o mundo.

É associado da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (CDN/89).

O Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar

Projecto SIDCARTA

Poucos são aqueles que percorrendo um dos mais belos itinerários barrocos de Lisboa, para os lados do Campo de Santa Clara, e se deparam com a imponência do Palácio dos Condes de Avintes e Marqueses do Lavradio (onde, desde 1875, funcionaram os Tribunais Militares e o Comandos e Direcções dos vários Serviços da Engenharia Militar) e se deleitam com este exemplar arquitectónico impar do barroco pré-pombalino, um dos vértices do pólo Cultural do Exército, se surpreendem ao descobrir que toda a ala poente deste deslumbrante edifício abriga e guarda, no seu interior, um tesouro ainda mais magnífico: o vasto e valioso património constituído por documentos, livros, cartografia e fotografia produzida, utilizada e resultante das actividades dos engenheiros militares, desde que a Engenharia Militar Portuguesa, no século XVII, se autonomizou como escola distinta da restante engenharia europeia.

Todo este importante manancial de informação da nossa história nacional, cujos fundos são essencialmente constituídos por mapas e por plantas manuscritas, sendo na sua maioria da segunda metade do século XVIII e do século XIX, encontra-se diariamente disponível aos investigadores e ao público interessado, mantendo-se à guarda do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, da Direcção de Infra-Estruturas do Exército. Este foi criado oficialmente por portaria n.º 19029, de 14 de Fevereiro de 1962, do Ministério do Exército – então com a designação de *Gabinete de Estudos das Fortificações e das Obras Militares Antigas* – em que, segundo o estabelecido no referido diploma, o órgão assim denominado funcionaria na dependência directa do Director do Serviço de Fortificações e Obras Militares, sendo uma das suas atribuições a de catalogar e arquivar os documentos de interesse relativos ao Corpo da Engenharia Militar e da Arma de Engenharia Militar.

Conforme despacho n.º 33/80, de 6 de Junho, do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar passou a fazer parte do Serviço de Fortificações e Obras do Exército integrado na Arma de Engenharia Militar. Em 1 de Setembro de 1994, conjuntamente com a Biblioteca Técnica da extinta Direcção da Arma de Engenharia Militar, ficou integrado na Direcção dos Serviços de Engenharia e a partir de 1 de Julho de 2006, pela transformação do Exército, ficou integrado na Direcção de Infra-Estruturas do Exército, onde se mantém.

O acervo de documentos é, no seu género, variado, incluindo peças desenhadas, manuscritos e outras espécies versando diversos assuntos, com particular destaque no que respeita a fortificação, edifícios militares e cartografia e, também, valiosos elementos relativos ao pessoal militar de Engenharia. Aqui é guardada, em rigorosas condições de humidade e temperatura, tratada e estudada toda a documentação que foi possível recuperar, proveniente do antigo Real Arquivo Militar, do Real Corpo de Engenheiros e de outros organismos e entidades ligados à Engenharia Militar cuja importância histórico-militar, na acepção mais lata, foi relevante, tanto mais que não deve ser esquecido o seu papel desempenhado em várias actividades de natureza não exclusivamente militar, como sejam cartografia, vias de comunicação, hidrografia, urbanização, e outras, que se repartem por variadas regiões, designadamente de Portugal Continental e Insular, Brasil e antigo Ultramar.

A partir de Abril de 2002, com a implementação do Projecto SIDCARTA – *Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa* – aprovado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/GEO/43111/2001) e financiado pelo FEDER, que envolveu o Exército, através da Direcção de Serviços de Engenharia e do Instituto Geográfico do Exército, e ainda o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, foi possível estudar, tratar, digitalizar e disponibilizar ciberneticamente parte dos fundos documentais do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (12.000 documentos) a todos os interessados, principalmente a investigadores, facilitando, não apenas, uma consulta mais fundamentada dos originais *in loco*, mas também através de bases de dados (documentais e imagens), designadamente através da *Internet* (*http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/*).

O Projecto, que se mantém aberto, tem por objectivo último a divulgação e valorização deste importante património documental e que abarca períodos ainda pouco conhecidos e tratados em Portugal, em que os engenheiros militares, para além das suas actividades ligadas à fortificação, foram os coordenadores de todas as grandes decisões de planeamento territorial, cartografia, comunicações, hidrografia e defesa, executantes de muitos dos estudos e trabalhos que levaram a Engenharia nacional a ter o renome internacional que ainda detém.

É neste âmbito, ligado ao estudo e à preservação do Património em geral, como pilar dos valores da Sociedade e memória viva da História da Engenharia Militar Portuguesa, que cada vez maior tem sido o empenhamento do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, fruto da consciência colectiva da necessidade de, primeiro estudar, para conhecer, com a independência própria, necessária e serena, para que depois devidamente fundamentadas se tomem as opções de tratar e preservar o património imóvel ligado à História Militar nacional, realizando-o tendo por base conceitos culturais e ambientais mais latos, dando como exemplo recente os trabalhos de campo e gabinete necessários para enformar todo o *dossier* que levou à abertura do processo de classificação de 122 redutos das Linhas de Torres Vedras como um conjunto monumental de interesse nacional.

Frutuoso Pires Mateus
Tenente-General
Ex-Director da Arma de Engenharia
Membro Conselheiro da Ordem dos Engenheiros
José Paulo Ribeiro Berger
Tenente-Coronel
Engenheiro Militar

Visite o nosso site em:
www.aacdn.pt

Consulte o nosso Blog através de:
http://aacdn-aacdn.blogspot.com

Visite-nos em:
Praça do Príncipe Real, 23 - r/c Dtº, 1250-184 Lisboa
Telefone: 00351 21 346 5888
aacdn.sede@mail.telepac.pt